

Brasília

em debate

Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan – Ano 2013 – nº 3 - Junho



IDHM do DF e da Area Metropolitana

p. 39

Fluxo migratório do DF para a AMB

p. 13

Jornalismo e cidadania

p. 19

PDAD/2013

p. 34

População cobra melhoria dos serviços públicos



Entrevista Dercio Munhoz

Subsídio cambial: sacrifício à indústria nacional e agravamento do déficit externo

p. 7



COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Missão

Apoiar o Governo do Distrito Federal nas atividades de Planejamento Estratégico, Desenvolvimento Econômico, Social e Urbano, coletando, produzindo e disseminando informações para a tomada de decisões governamental e melhoria contínua da qualidade de vida da população do Distrito Federal e sua região de influência.

Brasília em debate - Ano 2013 - nº 3 - Junho
1. Economia – Planejamento Territorial Distrito Federal (Brasil)
ISSN - 2316-820X

Índice

Carta ao leitor	5
Entrevista - Dercio Munhoz	7
Dinâmica migratória na Área Metropolitana de Brasília entre 1991 e 2010	13
Idecon-DF	18
Jornalismo como ferramenta do exercício da cidadania	19
Inflação	24
O poder transformador dos grandes eventos esportivos	25
Informe de Gestão	30
Regiões administrativas recebem visita do Sebrae no Distrito Federal	31
DF à frente no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	32
Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD)	34
Codeplan e Sepir na luta contra práticas discriminatórias	36
Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD)	38
Evolução do IDH do DF e dos municípios da AMB em comparação às demais Unidades da Federação e municípios do Brasil	39

Brasília em Debate

Junho - 2013
Ano 2013 - nº 3

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Agnelo Queiroz - Governador
Nelson Tadeu Filippelli - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - SEPLAN
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto - Secretário

**COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF
CODEPLAN**
Júlio Miragaya - Presidente

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS
Júlio Miragaya - Diretor

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Salviano Antônio Guimarães Borges - Diretor

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS
Oswaldo Russo de Azevedo - Diretor

DIRETORIA DE ESTUDOS URBANOS E AMBIENTAIS
Wilson Ferreira de Lima - Diretor

SECRETARIA GERAL
Edivan Batista Carvalho - Secretário

CONSELHO EDITORIAL
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Júlio Miragaya
Oswaldo Russo
Aldo Paviani
Ana Maria Nogaes
Dercio Munhoz
Roberto Piscitelli
Juscanio Souza
Iraci Peixoto

Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Mariana Mainenti

Jornalista Responsável
Valda Queiroz - Reg. prof. 426-DF
valda.queiroz@codeplan.df.gov.br

Arte final
Mauro Moncaio

Apoio-Arte final
Marla Marçal

Foto capa
Valter Campanato - Agencia Brasil

Fotos
Toninho Leite

Apoio
Heloisa Herdy, Nilva Rios, Eliane Menezes, Maurício Suda, Laerte Gouveia, Cleusa Rocha, Vânia Galvão, Thayanne Tavares

Observação:

- * Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores
- * Permitida a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte

Ed. Codeplan
SAM - Projeção "H"
CEP: 70620-000 - Brasília-DF
Fone: (0xx61) 3342-1021
www.codeplan.df.gov.br
codeplan@codeplan.df.gov.br

Impressão: Gráfica Saturno
Pré-impressão: 2D Gráfica

Apresentação

A recente onda de manifestações que sacudiram o país, cujas reivindicações versaram sobre a melhoria dos serviços públicos, é tema do editorial da 4ª edição da revista Brasília em Debate.

A entrevista, os artigos e as reportagens abordam temas que dialogam com a missão da Companhia voltadas para aspectos socioeconômicos, culturais, demográficos e políticas públicas, que facilitam e dão voz ao cidadão da capital do país.

O entrevistado Dercio Munhoz, economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), que há 30 anos coordenou a implantação do Índice de Custo de Vida do Distrito Federal na Codeplan, discorre com desembaraço sobre como a recente crise internacional interfere na economia do Brasil e do DF, a inflação, o subsídio cambial e aponta soluções para melhorar o rumo da economia no país.

O fluxo migratório do Distrito Federal para a Área Metropolitana de Brasília (AMB) no período entre 1991 e 2010, analisado por técnicas da Companhia, oferece dados surpreendentes, revelando a intensificação do fluxo migratório direcionado aos municípios da nossa periferia metropolitana, ou seja, que o DF vem perdendo forças na capacidade de atração e retenção populacional, provavelmente devido ao elevado custo de vida, sobretudo, no que se refere à habitação.

O artigo sobre jornalismo e cidadania trata do papel da mídia como ferramenta do exercício da cidadania, e, baseado nos mais modernos parâmetros tecnológicos, indica a interação do cidadão com a mídia. Segundo o autor, o jornal, o rádio e a TV, via redes sociais, possibilitam a comunicação de mão dupla. Destaca ainda serviços, dicas, roteiros, guias que a mídia coloca à disposição da população nas áreas de saúde, esportes, turismo, entre outros.

O artigo do Secretário Extraordinário da Copa fala do poder transformador dos grandes eventos esportivos, ou seja, do potencial que se descortina para Brasília a partir da inauguração do Estádio Nacional Mané Garrincha, com a realização de certames da Copa das Confederações nesse ano, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Criado com avançadas técnicas de sustentabilidade, está preparado não só para preservar o meio ambiente mas para captar águas pluviais e utilizar o vento, economizando energia.

A reportagem do nosso patrocinador Sebrae informa sobre o atendimento oferecido aos empreendedores das regiões administrativas. Matéria sobre a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD/DF), em andamento, já permite uma síntese das pesquisas realizadas em nove regiões administrativas neste ano e matéria sobre a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD) revela que os dados sobre nossos municípios metropolitanos deverão ser divulgados nesse segundo semestre.

Outra matéria cobre a cerimônia de lançamento da 5ª edição do Prêmio dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, promovido pelo GDF, ocasião em que a Companhia destaca sua participação neste projeto, desempenhando papel determinante na avaliação e monitoramento dos indicadores sociais do DF, com estudos e pesquisas.

Outra novidade para os leitores: iniciativa pioneira com criação do Disque Racismo no enfrentamento aos crimes discriminatórios. Trata-se de serviço pelo telefone 156 gerenciado pela Codeplan com o apoio da Secretaria de Estado de Publicidade Institucional (SEPIR/DF), que estabeleceu parcerias com a OAB/DF e a Defensoria Pública do DF. ■

A presente edição de Brasília em Debate é lançada em um período especial vivido pelo Brasil. Manifestações realizadas em mais de uma centena de cidades mobilizaram quase um milhão de pessoas, que foram às ruas reivindicar a ampliação e melhoria dos serviços públicos prestados pelos três níveis de governo, uma maior austeridade nos gastos com a Copa do Mundo e contra o extremo fisiologismo que permeia as relações políticas em nosso país.

Brasília em Debate, veículo de comunicação da Codeplan, que propõe o debate franco e plural de ideias para o equacionamento dos problemas econômicos e sociais da capital da República, coerentemente com a voz das ruas, traz neste número conteúdo diverso e plural, buscando contribuir com o desenvolvimento de políticas públicas que levem à melhoria das condições de vida no Brasil e no DF, em particular.

O momento atual exige dos governantes ações que respondam às reivindicações da juventude brasileira, maioria entre os manifestantes, que saiu da passividade das redes sociais da internet e descobriu o vigor e o poder transformador das manifestações de massa. Se as gerações que promoveram os movimentos contra a Ditadura Militar, as “Diretas Já” e o “Fora Collor” sabiam que a voz das ruas era o que as levaria a atingir os seus objetivos, os jovens de hoje, com as redes sociais, também identificaram essa força.

Por não encontrar nos veículos tradicionais de mídia espaço para tornar públicas suas bandeiras, a população e a juventude, em particular, fizeram amplo uso das redes sociais para dar vazão à ânsia por liberdade de expressão de suas insatisfações. Tendo a internet como fórum de debate e mobili-

zação, o que antes era visível apenas nas redes, foi levado às ruas de todo o país, onde se viam cartazes exigindo “Saúde e Educação com padrão FIFA” e “Reforma Política Já”.

Infelizmente, nem tudo que circulou na internet ou nas ruas foi divulgado pela grande mídia. Sabemos que as Jornadas de Junho no Brasil, assim como as manifestações da Primavera Árabe; do movimento Occupy Wall Street nos EUA ou do movimento dos Indignados na Espanha são expressões de contrariedade do povo com o fato de as agruras da crise econômica, causada pelos financistas e especuladores que comandam o sistema capitalista em escala global, serem jogadas, como sempre, nos ombros do povo.



Os veículos tradicionais “esqueceram” de mencionar que nas Jornadas de Junho, não haviam faixas defendendo o aumento das taxas de juros; o latifúndio; o fim do programa Bolsa Família ou as privatizações de qualquer natureza, pelo contrário, reivindicava-se o fim dos leilões do petróleo; o fim do fator previdenciário;

o avanço da Reforma Agrária e até mesmo a estatização do transporte público.

É preciso reconhecer que o debate desses problemas tem que ser feito de forma séria e responsável. Portanto, é fundamental que não nos deixemos levar por análises fugazes e superficiais.

Os movimentos sociais têm uma dimensão e uma complexidade muito maior do que fazem supor alguns comentaristas de plantão. Tentar imputar a um único governo ou partido a responsabilidade pela insatisfação popular é mera manipulação do clamor do povo. ■

Júlio Miragaya
Presidente da Codeplan

Central de Relacionamento do GDF

Inaugurada em 1984 pela Codeplan, a Central coloca à disposição da população informações e orientações sobre os serviços prestados pelos órgãos do governo. Aproximadamente 224 mil ligações telefônicas são atendidas por mês, em ambiente totalmente informatizado.

156, opção 1	SEDEST - Violação de direitos, trabalho infantil, exploração sexual, Bolsa Família, população de rua e demais informações da secretaria
156, opção 2	Secretaria de Educação - Telematrícula (*), Ensino de Jovens e Adultos, DF Alfabetizado e demais informações da secretaria
156, opção 3	Secretaria de Fazenda - IPTU, IPVA, Nota Legal
156, opção 4	DF Trans(*) - Horários e itinerários de ônibus, Integração, Passe livre
156, opção 5	CODHAB - Programas habitacionais, análise de crédito, documentação para regularização de lote e demais informações
156, opção 6	Combate à Violência Contra a Mulher
156, opção 7	Disque Racismo - Casos discriminatórios étnico-racial
156, opção 8 sub opção 4	Inscrição e agendamento para efetivação de matrícula nos cursos do programa Fábrica Social
160, opção 1	Disque Saúde - Ouvidoria da Secretaria de Saúde
160, opção 2	Fundação Hemocentro de Brasília - Agendamento e solicitação de doação de sangue
160, opção 3	Farmácia Ambulatorial Especializada - Agendamento para retirada de medicamentos
160, opção 4	Doação de leite materno - Banco de Leite Humano, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do DF
162	Ouvidoria do GDF (*) - Reclamações, elogios, sugestões e solicitações
192	SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Atende às solicitações telefônicas de urgência da população (24 horas)
0800-644-9060	Combate à Corrupção - Registro de denúncias de irregularidades em contratos e licitações

Atendimento ao Cidadão 156 - 160 -162 - 192
Informe-se, tire dúvidas e denuncie (ligações gratuitas)

Horário de funcionamento (exceto SAMU)
(*) Segunda a sexta-feira : 7h às 19h
Segunda a sexta-feira : 7h às 21h
Sábados, domingos e feriados: 8h às 18h

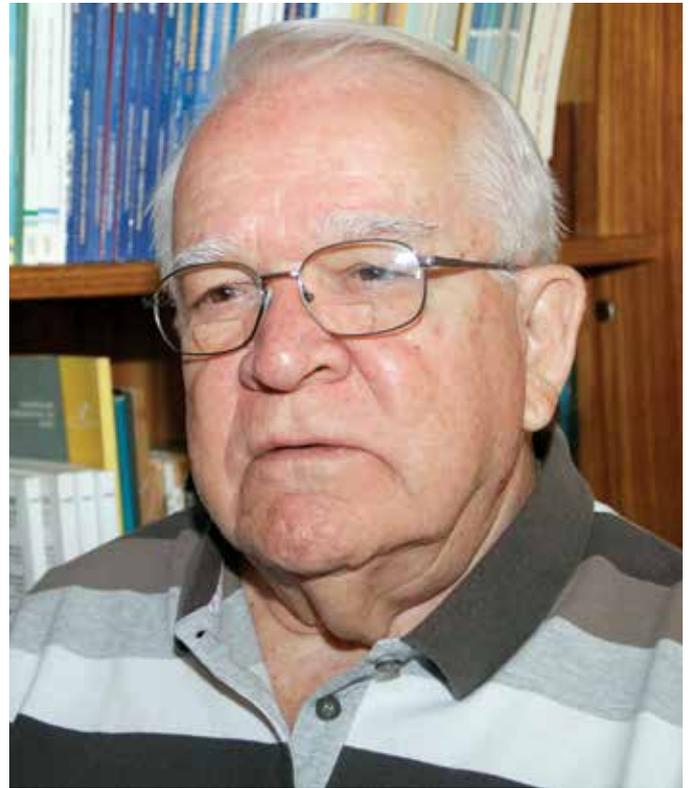
Subsídio cambial: sacrifício à indústria nacional e agravamento do déficit externo

Para falar, interpretar e debater sobre teoria econômica, inflação e a recente crise internacional, o economista Dercio Garcia Munhoz, professor da Universidade de Brasília, é sempre um dos nomes mais lembrados, ou melhor, um ícone da área de Economia presente em diversas mídias e espaços acadêmicos e institucionais. São aproximadamente 300 textos publicados, desde 1970, em livros, coletâneas de artigos (reunidos em livros), revistas e séries de textos didáticos, além de centenas de artigos para jornais e colunas na Internet. Entre Crises - 40 Anos da Economia do Brasil, lançado em 2012, reúne artigos escritos desde o pós-guerra e traz um testemunho importante sobre a história econômica nacional ao longo desse período.

Nessa entrevista, concedida ao presidente Júlio Miragaya e técnicos da Codeplan, o economista diz que o cenário “pós-2003 pode ser visto como eletrizante, pela natureza dos acontecimentos no Brasil e no mundo, e, paralelamente, enganoso na medida em que internamente se desconhecia que a economia brasileira navegava impulsionada por sopros finitos, temporários como os ventos de outono, embora mais duradouros, mas de ciclo único, não renovável”.

Nessa retrospectiva, cita o primeiro fato de origem externa que afeta a economia brasileira, desde 2003-2004: a explosão chinesa que refletiu em um extraordinário aumento das receitas brasileiras, fazendo com que se esquecesse do efeito fatal do câmbio valorizado sobre o comércio e das relações econômico-financeiras com o resto do mundo. O segundo aspecto, mencionado pelo professor, foi “o funcionamento paralelo de uma série de mecanismos de incentivos que reforçavam a demanda das famílias – todas impossíveis de sobreviver no médio e longo prazo”.

Sobre inflação afirma que o “custo de jogar todas as fichas no controle da inflação por meio do câmbio valorizado amplia o desarranjo interno, o descontrole da economia”. Constata que os níveis atuais de produção industrial são os mesmos de dez anos atrás e aponta como solução a adoção de uma política de aumentos moderados dos salários reais, inclusive para recuperação das perdas pós-Plano Real, e, por outro lado, a necessidade de uma política de médio prazo para eliminação da defasagem cambial. Para ele, isso só é viável sem uma pressão inflacionária politicamente perigosa se paralelamente forem introduzidos na economia vetores de redução de custos, como redução da carga tributária, por exemplo.



Dercio Garcia Munhoz nasceu em Bauru (SP). É graduado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), tem curso de pós-graduação e mestrado em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo. Recebeu o título de Notório Saber, pelo Conselho Federal de Educação. Com mais de 40 anos de atividades profissionais, atuou em diversas instituições. Iniciou a carreira acadêmica como professor titular do Departamento de Economia da UnB, onde lecionou de 1968 a 1996.

Colaborou em cursos de especialização e pós-graduação no Cendec/Ipea, Telebrás, Desed/Banco do Brasil, Instituto Rio Branco, UFRJ (Brasília), FGV (Brasília), Núcleo de Políticas Públicas/UnB, ENAP-Escola Nacional de Administração Pública e UPIS/União Pioneira de Integração Social.

Coordenou a implantação do Índice de Custo de Vida na Codeplan, em 1972, e foi seu responsável técnico entre 1972 e 1992. Coordenou o Sistema Orientador (www.orientador.com.br), compreendendo duas infobases: o IBBA - Índice Brasileiro de Bibliografia de Administração/Contábeis; e o IBBE - Índice Brasileiro de Bibliografia de Economia. De 1984 a 1986, foi membro do Conselho Federal de Economia, do qual assumiu a presidência em 1986. ■

BD - Iniciando pelo cenário internacional: em que proporção, a crise que assola o hemisfério norte restringe o crescimento da economia brasileira?

Dercio Munhoz - Os efeitos da crise financeira mundial eclodida em 2008 sobre a economia brasileira foram sentidos com maior intensidade apenas em 2009. Afinal o Brasil já vinha sendo pautado pela explosão da economia chinesa, pouco afetada pela crise do subprime, e continua se beneficiando das exportações para aquele país, quer em termos de quantidade, quer em termos dos preços de commodities excepcionalmente elevados pelo efeito chinês. Os benefícios do milagre chinês na direção do Brasil persistem. Ainda que cercados de incertezas quando a economia da China se amolda aos limites estruturais desenhados nos modelos das grandes potências industriais; e com todos os riscos da concentração das vendas brasileiras em apenas três grandes itens – soja, minério de ferro e petróleo.

A crise que assola a economia brasileira, coincidentemente após os solavancos de 2009 e 2010, tem características próprias e se associa a desarranjos internos que podem ser fatiados em dois tempos: o pós Plano Real, quando o câmbio valorizado (só removido em princípios de 1999) e a redução das rendas do trabalho – as grandes âncoras que garantiriam a estabilização, travaram tanto as exportações quanto a demanda das famílias; num processo em que os ganhos de assalariados e autônomos se transferiam para o governo por meio de um aumento continuado da carga tributária. A *rationale* oficial se fundamentava em que era preciso conter a demanda para garantir o não retorno da inflação; mas como o câmbio valorizado provocava crescentes déficits externos, uma política de juros elevados se impunha para atrair junto ao resto do mundo capitais de curto prazo, de natureza especulativa – em parte registrados como investimento direto, assim cobrindo os rombos nas transações com o exterior.

O preço desse modelo, que dadas as consequências era claramente inviável no médio e longo prazo, era alto: além

da estagnação e dos desequilíbrios externos, os elevados encargos financeiros do Tesouro levavam ao aumento do endividamento do governo central.

No segundo tempo, já no novo Governo, o modelo, que requeria ajustes, foi ainda reforçado em seus flancos distorcíveis principais, retomando-se a valorização cambial, que refletiria no aumento dos desequilíbrios externos, e turbinando-se altas taxas de juros que acelerariam o ingresso de capitais especulativos.

A crise que assola a economia brasileira, após os solavancos de 2009 e 2010, tem características próprias e se associa a desarranjos internos que podem ser fatiados em dois tempos: o pós-Plano Real, quando o câmbio valorizado (só removido em princípios de 1999) e a redução das rendas do trabalho – as grandes âncoras que garantiriam a estabilização, travaram tanto as exportações quanto a demanda das famílias.

BD - Mas como se explica o fato de que a partir de 2004 a economia brasileira tenha reencontrado o caminho do crescimento, com a redução da desigualdade e o deslocamento de milhões de famílias para a classe média?

Dercio Munhoz - Ocorre que esse segundo tempo, pós-2003 e portanto no novo governo, pode ser classificado de eletrizante pela natureza dos acontecimentos no Brasil e no mundo, e paralelamente enganoso na medida em que internamente se desconhecia que a economia brasileira navegava impulsionada por sopros finitos, temporários como os ventos do outono, embora mais duradouros, mas de ciclo único, não renovável.

Um primeiro fato, de origem externa e atuando desde 2003/2004, foi a explosão chinesa, refletindo em um extraordinário aumento das receitas externas brasileiras, fazendo com que se esquecesse o efeito fatal do câmbio valorizado sobre o comércio e o global das relações econômico-financeiras com o resto do mundo. O segundo foi o funcionamento paralelo de uma série de mecanismos de incentivos que reforçavam a demanda das famílias – todos impossíveis de sobreviver no médio e longo prazos, já que intrinsecamente de caráter temporário: a demanda alimentada pela rápida expansão do crédito bancário às pessoas físicas; o maior poder de compra derivado de aumentos do salário mínimo real em percentagens crescentes e em sucessivos anos; o crescimento dos gastos de uma parcela da classe média alta beneficiada pelos ganhos de intermediação em operações financeiras, bursáteis ou não, sustentadas no grande fluxo de capitais especulativos; e, finalmente, o aumento da demanda explicado pelo chamado efeito riqueza – o ciclo de valorização de imóveis e de ativos financeiros em geral no contexto do boom do capital especulativo.

A economia brasileira surfou na crista da onda – ainda que parcelas crescentes da demanda não chegassem à indústria local, já que deslocadas para as importações beneficiadas pelo câmbio barato. Surfou enquanto a onda não chegasse às praias, enquanto não se esvaísse o efeito temporário de tais fontes de sustentação de uma capacidade de compra ilusória. E esse ponto de exaustão teria sido alcançado em 2011, com o adeus às ilusões. Deixando marcas profundas que reforçam a verdade simples de que o crescimento sustentado da economia só pode ser garantido quando acionado por fontes de demanda de caráter permanente – fundamentalmente aquelas baseadas nos salários, nas rendas de autônomos, nas transferências previdenciárias, nas exportações.

BD - Quais são as possíveis saídas dessa grave crise internacional? Temos que assistir ainda às políticas pro-cíclicas? O Euro ainda tem futuro? E pelo lado doméstico, o

Os níveis atuais de produção industrial são os mesmos de dez anos atrás; o país perdeu competitividade externa, e consequentemente houve recuo na relação exportações/ produção de manufaturas e avanço na participação de manufaturas importadas no mercado interno, deslocando a indústria brasileira; a participação de produtos industriais nas exportações brasileiras, que superara os produtos básicos desde meados dos anos 70.

que as políticas públicas podem contribuir para conseguirmos atingir um nível de crescimento econômico em torno de 4 a 5% ao ano?

Dercio Munhoz - A crise internacional ainda tende a ser longa, por várias razões: a síndrome do Euro, com as maiores economias da União Europeia garroteadas por um conjunto de irracionalidades da Zona do Euro: a taxa de câmbio fixa (implícita no sistema de moeda única), o rígido limite para os déficits fiscais, o regime de metas de inflação. Por infeliz coincidência, todas fazendo parte do receituário da política econômica brasileira modelada desde meados dos anos 90 e que vem se eternizando. Com o que a superação da atual crise de crescimento na economia brasileira passa a ser apenas um desejo, um troféu distante.

BD - E quais as oportunidades que se apresentam para o Brasil neste cenário de crise?

Dercio Munhoz - O que se observa é que num cenário internacional de incertezas, menos alentadoras são as perspectivas para o Brasil advindas do resto do mundo. E internamente o câmbio valorizado e as rendas do trabalho engolidas pelo aumento

continuado da carga tributária desde o Plano Real asfixiam a economia. Enquanto paralelamente a inflação se eleva, à busca de um novo ponto de equilíbrio, por um lado como uma decorrência do contínuo aumento da carga fiscal ainda presente; e por outro porque as empresas devolvem agora, por meio de aumentos de preços, os efeitos de correções muito rápidas do salário mínimo real sobre os custos. E, ainda mais preocupante é que a impostergável correção do câmbio real joga novos componentes de aumentos de custos no sistema produtivo, com inevitáveis pressões adicionais sobre os níveis dos preços. Sem dúvida o país se aproxima do olho do furacão, exigindo nervos de aço daqueles que estejam segurando o timão.

DB - Alguns economistas afirmam que o Brasil vem passando por um processo de desindustrialização. O senhor concorda com essa avaliação? Se sim, quais as razões deste fenômeno?

Dercio Munhoz - A desindustrialização é inegável: os níveis atuais de produção industrial são os mesmos de dez anos atrás; o país perdeu competitividade externa, e consequentemente houve recuo na relação exportações/ produção de manufaturas e avanço na participação de manufaturas importadas no mercado interno, deslocando a indústria brasileira; a participação de produtos industriais nas exportações brasileiras, que superara os produtos básicos desde meados dos anos 70, registrou contínua reversão desde a valorização cambial iniciada com o Plano Real, até que em 2011 dramaticamente o país retrocede à condição de economia primário-exportadora. E o setor manufatureiro brasileiro só não entrou em colapso porque em grande parte se transformou em simples unidades maquiladoras - empresas que só conseguem sobreviver importando o máximo de componentes e matérias primas com dólar barato, subsidiado, centrando-se em operações de montagem de produtos no afã de reduzir os custos.

BD - Se a economia brasileira continuar a apresentar taxas modestas de crescimento do PIB, isso pode inviabilizar o programa de

transferência de renda do Governo Federal e provocar um efeito ainda mais negativo para a nossa economia?

Dercio Munhoz - Os programas de transferência de renda tem justificativa maior exatamente nos momentos de baixo crescimento. E o que cria entraves a uma política de subsídios sociais são os elevados encargos do Tesouro com os juros da dívida, e programas de desoneração fiscal mal concebidos; já que travadas a demanda das famílias e a demanda de exportações, e com o subsídio cambial que permite a entrada de produtos estrangeiros a baixos preços, nenhuma força consegue levar os empresários a retomar investimentos para aumento da oferta.

BD - Quais os riscos que um crescente déficit em transações correntes representa para a economia brasileira?

Dercio Munhoz - As lições da história brasileira da segunda metade do século XX são suficientemente traumáticas para o país não esquecer que nenhuma fonte de recursos externos - bancos privados ou instituições financeiras internacionais - mantém abertas linhas de financiamento para países com déficits externos elevados e crescentes. E no caso do Brasil, o sacrifício da indústria em troca de um câmbio valorizado voltado para manter a inflação artificialmente contida vem apresentando custos insuportáveis, com um déficit externo que neste ano pode chegar a 100 bilhões de dólares. E, ainda mais, nesse modelo o valor das ações tende a virar pó, pois vale a pena continuar vendendo as ações a preços cada vez mais aviltados porque parte das perdas é compensada na

E no caso do Brasil, o sacrifício da indústria em troca de um câmbio valorizado voltado para manter a inflação artificialmente contida vem apresentando custos insuportáveis, com um déficit externo que neste ano pode chegar a 100 bilhões de dólares.

compra de dólares baratos na fuga do capital especulativo. O custo de jogar todas as fichas no controle da inflação por meio do câmbio valorizado amplia, portanto, o desarranjo interno, o descontrole da economia.

BD - Em relação à inflação, o economista Laurence Ball, professor da Johns Hopkins University, declarou recentemente que “a política econômica deve ser mais sofisticada do que o simples regime ortodoxo de metas de inflação, em que você ajusta os juros com foco apenas numa inflação baixa”. O senhor concorda que promover o crescimento econômico e ampliar o nível de emprego deve se sobrepor ao estrito controle da inflação?

Dercio Munhoz - A inflação numa economia estagnada e com capacidade ociosa logicamente não pode ser atrelada a excesso de demanda. E muito menos a uma maldição dos Deuses. Decorre de uma série de fatores atuando, pressionando os custos das empresas – atuando na mesma direção portanto: o aumento contínuo da carga tributária – com o governo aumentando sua participação no bolo da renda; o crescimento muito rápido do salário mínimo real – puxando também os salários em faixas adjacentes; os reflexos diretos da correção cambial que, embora ainda tímida, também representam aumentos de custos.

Enquanto não se justifiquem novas elevações dos tributos, como continua ocorrendo, é inegável que a economia requer uma política de aumentos moderados dos salários reais, inclusive para recuperação das perdas pós-Plano Real; indiscutível, por outro lado, a necessidade de uma política de médio prazo para eliminação da defasagem cambial. Mas isso só é viável sem uma pressão inflacionária politicamente perigosa se paralelamente forem introduzidos na economia vetores de redução de custos; com redução da carga tributária, por exemplo.

Recriadas fontes de alimentação da demanda, e na sequência a retomada da indústria, a redução de custos associada aos ganhos de produtividade tenderia a ser uma consequência

natural. Mas de qualquer modo o caminho seria doloroso, já que a eliminação do cancro cambial significa trocar produtos importados a preços aviltados por produtos nacionais de preços mais elevados, num mundo sem os subsídios que agora favorecem as importações. Seria, portanto, percorrer o caminho inverso à insensatez cambial pós-Real – que foi removida em 1999 mas reintroduzida a partir de 2004.

BD - O IPCA acumulado no Brasil nos 10 anos entre 2003 e 2012 foi de 76,6%, enquanto em um único mês do Governo Sarney foi de 86%. Alguns economistas têm dito que não há nenhuma escalada inflacionária, mas sim um “terrorismo de mercado” para se referir às pressões exercidas pelo mercado financeiro pelo aumento da taxa de juros. O senhor concorda com esta caracterização ou realmente há alguma grande ameaça inflacionária?

A economia requer uma política de aumentos moderados dos salários reais, inclusive para recuperação das perdas pós-Plano Real; indiscutível, por outro lado, a necessidade de uma política de médio prazo para eliminação da defasagem cambial.

Dercio Munhoz - Quando se altera a participação dos agentes na renda gerada – elevando acima da inflação os tributos, ou os juros, lucros, salários e outras rendas do trabalho – os preços em geral se elevam, pois todos os demais agentes, com exceção do assalariado, logo repassam aumentos de custos para os preços. A inflação que surge, ou que se agrava, tem o papel de jogar sobre os assalariados e outros grupos de rendas fixas as perdas de renda que correspondam aos ganhos dos outros agentes. Se as empresas, os rentistas, o governo, conseguem se safar por meio do repasse de aumentos de custos para os preços – recorda-se que parcela

majoritária dos tributos é *ad valorem* – a inflação maior torna-se inevitável, embora nunca com caráter explosivo.

O que ocorreu nos anos 80 levando a uma inflação incontrolável derivou simplesmente de um impensável erro de concepção na formulação da política econômica; isso quando se passou a tentar recuperar perdas salariais por meio da redução nos intervalos de correção salarial, num processo que levaria à indexação mensal dos salários e contratos em geral. Como as empresas jogavam de imediato sobre os preços dos produtos os custos ligados aos aumentos antecipados de salários, a inflação necessariamente se acelerava, parando de crescer apenas quando alcançado o patamar mínimo de correções mensais. Por isso é que o país chegou a taxas de inflação inconcebíveis, mais que isso, inadministráveis. Situação que não tende a se repetir em circunstâncias normais, desde que mantido o regime de indexação anual de salários, os contratos e os serviços públicos.

O essencial é que o Governo seja contido em sua volúpia arrecadadora, e que por outro lado disponha de instrumentos de intervenção que impeçam assaltos sobre a renda gerada ligados a aumentos nos juros ou nos lucros, pois essas têm sido as fontes da desestabilização monetária.

BD - Trazendo para a esfera local, os estados menos desenvolvidos têm usado o ICMS como instrumento para atrair novos investimentos, gerando a famigerada guerra fiscal. Como o senhor avalia a proposta sobre as novas alíquotas do ICMS em discussão no Congresso Nacional e quais impactos trariam para as economias estaduais e, em particular, para a do Distrito Federal?

Dercio Munhoz - Uma questão é a criação de mecanismos visando atrair empreendimentos industriais por parte de estados com menor desenvolvimento relativo, e outra questão é a chamada guerra fiscal. A política de incentivos se justifica porque, dadas as vantagens locacionais detidas por estados com longa tradição industrial - as economias de aglomeração, que na essência significam custos menores

- na ausência de instrumentos que reduzam as desvantagens, a indústria tenderia a se instalar unicamente no centro sul do país. E mesmo quando a concentração industrial passasse a gerar deseconomias de aglomeração no centro sul, a descentralização tenderia a se dar por transbordamento. Ou seja, o deslocamento seria da capital para a área metropolitana, e desta para municípios adjacentes, sem nunca saltar para outras regiões desprovidas de fatores de atração derivados de núcleos industriais preexistentes.

Foi uma política de incentivos que propiciou a instalação e desenvolvimento da indústria de maquinaria e material de transporte fora do eixo São Paulo/Rio; enfaticamente desde a iniciativa mineira, na primeira metade da década de 70, atraindo a Fiat num contexto político institucional que levou à criação do Instituto de Desenvolvimento Industrial, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e da Companhia de Distrito Industriais.

O foco atual da discussão deveria ser dirigido, portanto, não visando à eliminação dos incentivos regionais, mas sim estabelecendo parâmetros para que se possa saber até onde a correção dos desequilíbrios não constituiria uma guerra fiscal de soma zero, mas onde todos perderiam; ou seja, incentivos fiscais e creditícios de um estado anulados por medidas contra incentivos de outros. E evidentemente o governo federal, por meio de uma política de desenvolvimento regional – abominada no Brasil desde o renascimento do liberalismo – é que deveria conduzir o processo, procurando arbitrar decisões que diminuíssem as desvantagens das regiões menos desenvolvidas. O que pressupõe a criação de fóruns de discussão e negociação envolvendo todos os membros da Federação – única forma de evitar os riscos de que o desenvolvimento regional se transforme em instrumento de barganha política do governo central.

BD - Alguns estudos defendem que o Distrito Federal deva buscar a diversificação de sua base produtiva, incluindo a industrialização, de forma a reduzir o peso excessivo do setor de serviços, em particular do

setor público, no PIB local. Como o senhor avalia a possibilidade da industrialização do Distrito Federal, abrangendo também a sua área metropolitana? Em sua opinião quais ramos da indústria teriam maiores possibilidades?

Dercio Munhoz - Essa é uma questão que vem sendo discutida em Brasília há muitas décadas. E enquanto parece lógico que tenda a prevalecer no DF o setor de serviços – afinal a essência da ação da administração direta, e também a demanda do governo e das famílias junto ao setor privado, se volta a atividades terciárias – também existe espaço para a manufatura local de bens de consumo. Claramente subordinado às dimensões da demanda local e regional a questões decisivas,

E mesmo quando a concentração industrial passasse a gerar deseconomias de aglomeração no centro sul, a descentralização tenderia a se dar por transbordamento. Ou seja, o deslocamento seria da capital para a AMB, e desta para municípios adjacentes, sem nunca saltar para outras regiões desprovidas de fatores de atração derivados de núcleos industriais preexistentes.

como a escala de produção, e desde logo descartando a ambição por atrair a produção local de bens complexos e tecnologicamente sofisticados; salvo aqueles que, com maior ou menor dependência de componentes importados, supostamente poderiam ter etapas de montagem desenvolvida dentro do Distrito Federal. Uma hipótese a ser estudada.

BD - A forma da distribuição geográfica dos “assentamentos” urbanos no DF mostra que a função moradia foi totalmente desvinculada da função trabalhar. No seu

entender, como pode ser corrigido o problema da concentração dos postos de trabalho no Plano Piloto?

Dercio Munhoz - Se se admite que as atividades dos governos – estaduais ou federal - necessitam de um elevado grau de concentração geográfica para garantia da eficiência da administração, ao nível micro, ou seja, dentro das capitais, pela mesma razão os diferentes núcleos do governo não devem distanciar-se uns dos outros, quer em termos de distância-física, quer em termos de distância-tempo. O que significa concentração de órgãos e concentração de pessoas, e daí um elevado nível de concentração de famílias e concentração da demanda das famílias. Daí deriva o surgimento em áreas centrais de um grande número de empregos em atividades de média e baixa qualificação – no setor público e mais no comércio e serviços - que tem como contrapartida níveis de remuneração que têm o efeito de deslocar as pessoas para áreas periféricas; distantes do núcleo da administração estadual ou federal, mas na busca de moradias compatíveis com menor poder aquisitivo. Isso compõe um conjunto de raios, diferenciados entre os próprios membros da família, estabelecendo as distâncias moradia/trabalho um elemento estrutural que - só pode ser modificado na medida em que se consiga descentralizar, dentro da área metropolitana e sem perda de eficiência, setores específicos de atividades governamentais.

A expansão urbana da grande Brasília foi caótica. E uma ação mais incisiva e menos populista do governo local poderia ter levado a criação de núcleos urbanos dentro de eixos de expansão. O que aparentemente não impediria a desconexão moradia/trabalho, mas propiciaria a criação de vários corredores de transporte, viabilizando inclusive sistemas metroviários, onde conforto e distância/tempo anulariam desvantagens da distância física.

BD - Em que medida as condições de transportes e logística podem influenciar o desenvolvimento econômico do Distrito Federal e a qualidade de vida da população?

E o uso que se der aos espaços do contorno externo do estádio poderá agregar a Brasília um novo polo gastronômico, enriquecido por atividades artísticas; algo nos moldes de antigas zonas portuárias como em Belém do Pará, em Puerto Madero (Buenos Aires), e num futuro breve também na remodelada zona portuária do Rio de Janeiro.

Dercio Munhoz - Transporte e logística são essenciais tanto para as atividades econômicas como para reduzir o desgaste que os trabalhadores enfrentam no deslocamento moradia/trabalho. Mas os esforços do governo em tais áreas, ainda que em tese viessem a ser suficientes, tendem a ser anulados quando toda a ação governamental se concentre em estimular o uso do automóvel em detrimento do transporte público. Pois a existência de políticas de subsídios para a gasolina e a tolerância de um caótico sistema de estacionamento de veículos na área urbana tendem a frustrar os resultados esperados com obras viárias modernas e essenciais.

Sistemas auxiliares como o VLT, podem trazer melhorias no transporte dentro do Plano Piloto, mas não justificam, e nem necessitam, de desfigurar vias como a W3 com a eventual destruição do canteiro central, de seus estacionamentos, e do já sofrido comércio local. E veículos sobre trilhos – os chamados bondes, convivem pacificamente com os demais veículos nas grandes cidades da Europa, sem leitos privativos, porque o fato de ser um sistema de transporte para áreas centrais, complementar a outros como o metrô, e ainda o tamanho das composições, afasta a hipótese de fluxo contínuo.

BD - A realização da Copa do Mundo no Brasil, especialmente no DF, trará retornos positivos para a nossa

economia? A construção do Estádio Nacional e sua utilização como arena multiuso poderá impulsionar o turismo na Capital Federal?

Dercio Munhoz - O turismo em Brasília pode ser impulsionado por eventos proporcionados pela existência do Estádio Nacional, como no caso de grandes jogos e de shows. Mas isso por si só não gera um fluxo contínuo de turistas, como ocorre em torno das belezas naturais de Foz do Iguaçu e do Rio de Janeiro, por exemplo. Pois a atração exercida por Brasília deriva da beleza de um conjunto arquitetônico único, vivo, moderno, extraordinariamente harmônico, plantado em imensos parques e jardins e abraçado pelas molduras do Lago Paranoá. E o uso que se der aos espaços do contorno externo do estádio poderá agregar a Brasília um novo polo gastronômico, enriquecido por atividades artísticas; algo nos moldes de antigas zonas portuárias como em Belém do Pará, em *Puerto Madero* (Buenos Aires), e num futuro breve também na remodelada zona portuária do Rio de Janeiro.

O Estádio Nacional deve ser visto, portanto, não como uma locomotiva na atração turística, mas sim como um novo componente, agregando um foco adicional de entretenimento tanto para os visitantes como para os brasilienses.

BD - Como ex-membro do Conselho Regional de Economia do DF e do Conselho Federal de Economia, do qual foi presidente, qual o papel que as entidades representativas dos economistas podem exercer para tornar o tema economia mais acessível e interessante para a maioria de nosso povo?

Dercio Munhoz - As entidades representativas dos economistas talvez pudessem definir uma estratégia para popularizar o debate de questões econômicas, retirando o seu atual envoltório esotérico, e para isso utilizando inclusive as redes sociais. Quem deveria divulgar que a inflação apenas se eleva, na quase totalidade das hipóteses, quando antes tenha havido um aumento na fatia dos juros, ou dos salários, ou dos impostos no global da renda gerada? Quem deveria

colocar em discussão o porquê e como funciona, a opção dos governos por um aumento nas taxas de juros – que logicamente aumenta os custos financeiros das empresas, os preços e a inflação – paradoxalmente como instrumento para conter a inflação?

As entidades dos economistas podem ampliar o debate. Rompendo o monopólio do pensamento único que há aproximadamente duas décadas vem predominando no país.

BD - Nas primeiras décadas de existência da Codeplan, o senhor atuou como seu consultor. Como o senhor analisa essa retomada da Companhia como órgão de apoio ao planejamento, estudos e pesquisas socioeconômicas, após passar por um período sombrio e de descrédito por parte da sociedade?

Dercio Munhoz - A Codeplan, como a Fênix, parece renascer das cinzas. Depois de, por um longo tempo, sofrer um processo de esvaziamento, depois do desvirtuamento de seu papel de núcleo voltado para a pesquisa básica, estudo das condições socioeconômicas do DF e do seu entorno, formulação de propostas para a ação governamental. Afinal, desde a sua criação, em 1968, a Codeplan viu definida uma linha de atuação que procurava radiografar as condições da infraestrutura econômica e social do DF, o seu funcionamento, os passos para adequação entre a oferta e uma demanda crescente. Voltada para o objetivo de alcançar uma visão prospectiva que pudesse orientar o planejamento da ação governamental. ■

As entidades representativas dos economistas talvez pudessem definir uma estratégia para popularizar o debate de questões econômicas, retirando o seu atual envoltório esotérico, e para isso utilizando inclusive as redes sociais.

Dinâmica migratória na Área Metropolitana de Brasília entre 1991 e 2010

(*) **Lucilene Dias Cordeiro**

(**) **Mônica de Oliveira Marques França**



O Distrito Federal vem perdendo forças na capacidade de atração e retenção populacional, provavelmente devido ao elevado custo de vida, principalmente no que se refere à habitação. O mercado imobiliário tanto contribui para o incremento populacional em áreas valorizadas como também para a expulsão da população para áreas de baixa renda, localizadas na periferia metropolitana.

Este estudo é parte integrante do Projeto “Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em Unidades da Federação (UFs) selecionadas: mudanças e continuidades”, fruto de Acordo de Cooperação Técnica entre a Codeplan e o IPEA. Analisa o fluxo migratório entre o Distrito Federal e a periferia metropolitana de Brasília, avalia a migração entre os municípios que compõem essa periferia e verifica a evolução desses movimentos para os anos censitários de 1991, 2000 e 2010. Considerou-se “migrante” o indivíduo que residia, na data do recenseamento, num local, no Brasil, diferente daquele em que morava exatamente há cinco anos antes. A pergunta referente à data fixa¹ foi introduzida pelo Censo Demográfico do ano de 1991, período a partir do qual se pode contar com a relativa estabilização das divisões do território nacional.

A Área Metropolitana de Brasília (AMB) constitui-se do Distrito Federal e de 11 municípios goianos: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristali-

na, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás. Entre esses municípios, quatro deles foram criados a partir de 1990, como é o caso da Cidade Ocidental, emancipado do município de Luziânia, do qual ainda se emanciparam Novo Gama e Valparaíso de Goiás, em 1995. Naquele ano, também foi criado o município de Águas Lindas de Goiás desmembrado do município de Santo Antônio do Descoberto (Figura 1).

O Estado de Goiás foi desagregado em dois grupos: municípios que compõem a AMB e demais municípios do Estado.

Neste estudo consideraremos três grupos: Distrito Federal, municípios da periferia metropolitana de Brasília e demais municípios do Estado de Goiás, exclusive os que compõem a AMB.

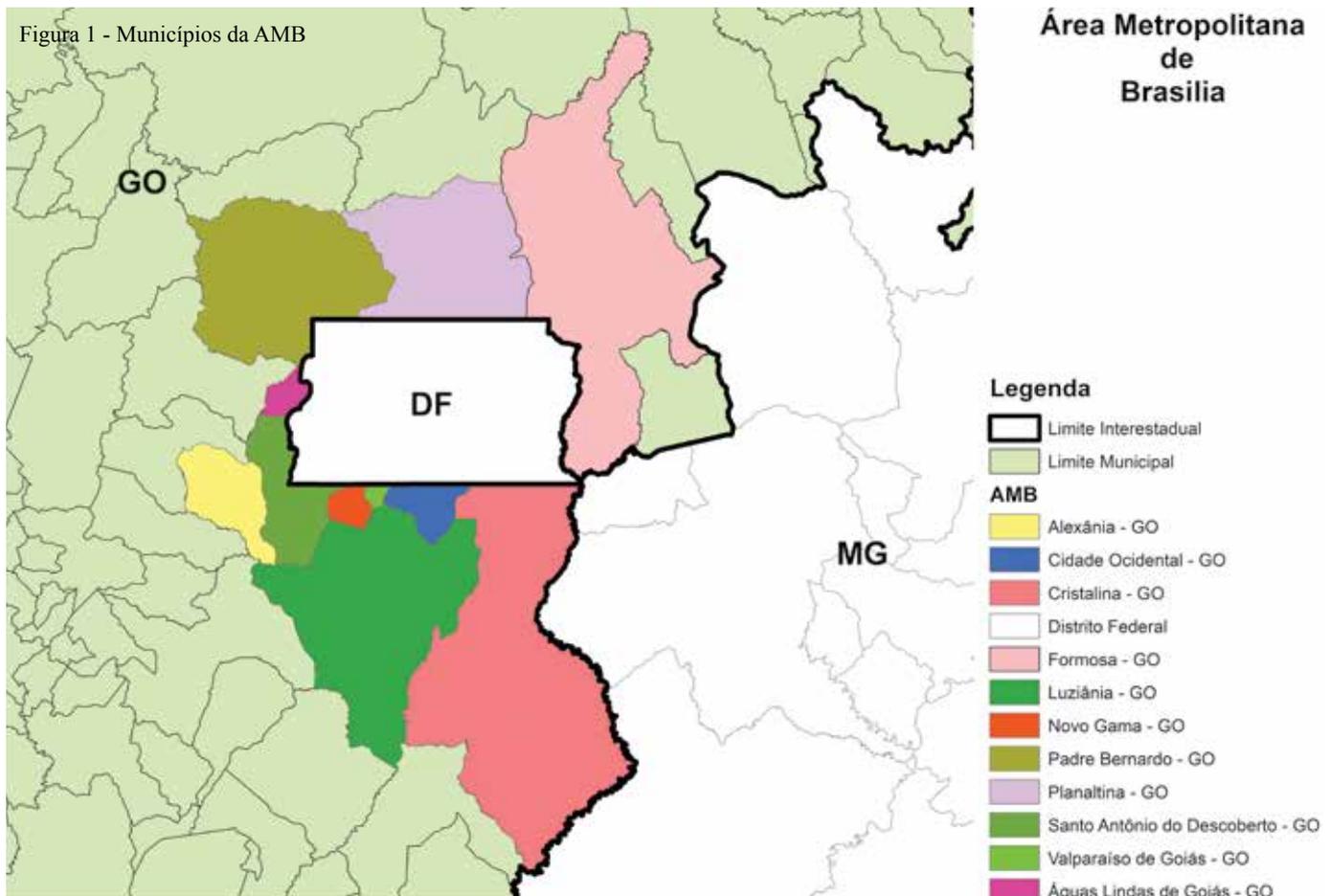
Evolução do saldo migratório²

Os dados censitários indicam que o Distrito Federal, de um lugar eminentemente receptor, passou a expulsar a população. Verificaram-se comportamentos distintos entre o Distrito Federal e o Estado de Goiás. Em 1991, o saldo migratório de Goiás foi 2,4 vezes maior que o do Distrito Federal; em 2000, 8,6; e, em 2010, 14,8 (Tabela 1).

1 Os migrantes de data fixa são aqueles indivíduos que, em uma determinada data, no caso, 1º de setembro de 1986, 1995 e 2005 (censos 1991, 2000 e 2010, respectivamente), residiam em localidade diferente daquela em que residem na data de referência do Censo.

2 Diferença entre Imigrantes e Emigrantes.

Figura 1 - Municípios da AMB



O volume de emigrantes de alguns municípios que compõem a AMB, em 2010, aumentou quando comparado aos resultados de 2000, particularmente no caso dos municípios de Águas Lindas de Goiás e Valparaíso do Goiás. Nestes o volume saltou de 304 para 6.959 e de 1.877 para 7.149 pessoas, respectivamente (Tabela 1).

Entre os imigrantes do Distrito Federal, a maior participação coube aos nordestinos, mesmo com a redução de 17% verificada entre os quinquênios 1986-1991 e 2005-2010; ainda assim, sua participação foi superior a 42% no último quinquênio analisado. Os imigrantes da Região Sudeste apareceram em 2º lugar em todo o período, chegando a 27% no último quinquênio.

Por outro lado, na periferia metropolitana, a maior participação foi da Região Centro-Oeste³, com percentuais próximos a 60% em todos os anos censitários. Os imigrantes nordestinos destacaram-se em 2º lugar, com uma participação em torno de 27% entre 2005-2010.

Movimentos migratórios entre a periferia metropolitana e o Distrito Federal

A tendência dos saldos migratórios do Distrito Federal, dos municípios da periferia metropolitana e dos demais municípios do Estado de Goiás apontaram comportamentos diferenciados entre os quinquênios 1986-1991, 1995-

2000 e 2005-2010. No Distrito Federal o movimento foi decrescente. Quanto à periferia metropolitana, verificou-se forte crescimento do saldo para o período 1995-2000, chegando a 149.297. No período seguinte (2005-2010), apesar da redução no saldo para 88.840, o volume permaneceu maior que o apresentado pelo DF (14.172). Enquanto o saldo migratório do Distrito Federal reduziu-se em 71,7% entre 1986-1991 e 2005-2010, e o saldo da periferia metropolitana, 1,6 vez maior que o do DF em 1991, aumentou ao longo das décadas, chegando a 6,3 vezes em 2010. Os demais municípios de Goiás apresentaram aumento no saldo migratório em todos os períodos analisados. No quinquênio 2005-2010 o saldo migratório foi 8,3 vezes maior que o do Distrito Federal (Tabela 1).

Observou-se uma inversão no comportamento migratório entre os quinquênios 1995-2000 e 2005-2010 na periferia metropolitana, já que o saldo, apesar de positivo e superior ao DF, reduziu-se em 40,5%, passando de um volume de 149.297 para 88.840. Por outro lado, os demais municípios de Goiás apresentaram aumento do saldo em todos os anos considerados, passando de 63.591 para 120.621 no último período.

Da população de 5 anos e mais de idade residente no DF em 1991, 13,6% eram imigrantes no quinquênio 1986-1991, percentual que declina para 8% em 2010. Na periferia metropolitana, a redução no peso dos imigrantes, relativo ao volume populacional, foi de 48,6% entre 1991 e 2010.

³ Exceto os municípios que compõem a AMB.

Tabela 1 - População*, imigrantes, emigrantes e saldo migratório segundo municípios da periferia metropolitana, demais municípios de Goiás e Distrito Federal – 1991-2000-2010

Áreas	1991			2000			2010			Saldo Migratório**		
	População	Imigrantes	Emigrantes	População	Imigrantes	Emigrantes	População	Imigrantes	Emigrantes	1991	2000	2010
Águas Lindas de Goiás	-	-	-	89.145	54.649	304	143.552	33.009	6.959	-	54.344	26.049
Alexânia	14.636	2.321	1.789	18.139	2.118	1.839	21.913	1.926	1.606	532	279	320
Cidade Ocidental	-	-	-	35.507	10.989	2.260	50.838	10.341	2.326	-	8.729	8.015
Cristalina	21.886	4.628	3.031	30.053	5.568	2.484	42.453	6.392	3.087	1.597	3.085	3.305
Formosa	55.006	8.313	6.819	70.094	8.311	6.641	92.101	7.473	5.813	1.494	1.669	1.661
Luziânia	179.524	57.993	5.810	123.002	29.591	8.002	158.997	18.527	9.975	52.183	21.589	8.552
Novo Gama	-	-	-	64.169	17.688	2.802	85.850	12.821	4.175	-	14.886	8.646
Padre Bernardo	14.364	2.334	2.348	18.889	3.474	1.577	25.281	4.284	1.816	-14	1.896	2.468
Planaltina	34.509	12.946	1.993	63.385	14.367	5.670	74.266	8.507	4.739	10.953	8.697	3.768
Sto. Ant. do Descoberto	30.467	12.736	1.088	44.785	10.650	3.197	57.313	7.281	2.609	11.648	7.453	4.673
Valparaíso de Goiás	-	-	-	83.022	28.546	1.877	120.921	28.531	7.149	-	26.669	21.382
Periferia da AMIB	350.392	101.272	22.879	640.190	185.949	36.653	873.484	139.092	50.252	78.393	149.297	88.840
Demais municípios GO	3.223.969	186.622	143.971	3.851.206	219.617	156.026	4.691.901	259.400	138.779	42.650	63.591	120.621
Goiás	3.574.361	284.878	163.835	4.491.396	395.295	182.407	5.565.385	385.405	175.944	121.043	212.888	209.460
Distrito Federal	1.426.208	193.701	143.674	1.849.619	213.403	188.577	2.380.989	190.042	175.870	50.028	24.827	14.172

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Dados elaborados pela CODEPLAN/ DIEPS/NEP.

* População de 5 anos e mais de idade - ** Imigrante - Emigrante

Destaca-se ainda que cerca de metade dos imigrantes da periferia metropolitana vieram do Distrito Federal em todos os anos analisados. Entre os imigrantes do DF, a participação dos oriundos dos municípios da periferia metropolitana de Brasília foi bem menor, chegando a 7,5% entre 2005-2010.

Das pessoas que entraram no Distrito Federal e declararam como último local de residência um dos municípios da periferia metropolitana, verificou-se que, entre 1986-1991, 32,5% saíram de Luziânia e 26,5% de Formosa. No quinquênio 1995-2000, os imigrantes deixaram de ser, majoritariamente, desses municípios. Entre 2005-2010, Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás, criados em 1995, que até então tinham participação pouco expressiva no contingente de imigrantes do DF, passaram a responder por 36,2%. Nesse período, também se destacaram os

municípios de Planaltina e Formosa, que, juntos, somaram 3.829 migrantes que entraram no DF (Tabela 2).

Considerando-se o destino dos que saíram do Distrito Federal para algum dos municípios da periferia metropolitana, observou-se que, no quinquênio 1986-1991, dos 48.645 emigrantes do DF, 64,7% foram para o município de Luziânia. No período seguinte, Luziânia perde sua força atrativa para Águas Lindas de Goiás (38,7%) e Valparaíso de Goiás (12,7%). Entre 2005-2010, Águas Lindas de Goiás continuou a exercer forte atração sobre a população que saiu do DF assim como Valparaíso de Goiás, que passaram a receber, respectivamente, 25,5% e 23,5% dos 62.096 emigrantes do DF. Deve-se atentar para o fato de que esses municípios foram desmembrados de Luziânia, isso sugere que a região continua exercendo forte poder de atração (Tabela 3).

Tabela 2 - Imigrantes do Distrito Federal segundo município da periferia metropolitana de origem. 1991-2000-2010.

Periferia Metropolitana	1986-1991		1995-2000		2005-2010	
	Imigrante	%	Imigrante	%	Imigrante	%
Águas Lindas de Goiás	-	-	19	0,2	2.582	18,0
Alexânia	606	7,7	409	4,3	310	2,2
Cidade Ocidental	-	-	735	7,8	462	3,2
Cristalina	537	6,8	492	5,2	387	2,7
Formosa	2.098	26,5	1.725	18,3	1.865	13,0
Luziânia	2.576	32,5	1.716	18,2	1.694	11,8
Novo Gama	-	-	1.033	11,0	953	6,6
Padre Bernardo	904	11,4	640	6,8	583	4,1
Planaltina	771	9,7	1.488	15,8	1.964	13,7
Sto. Ant. do Descoberto	430	5,4	1.100	11,7	934	6,5
Valparaíso de Goiás	-	-	60	0,6	2.602	18,1
Total	7.922	100,0	9.417	100,0	14.336	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Dados elaborados pela CODEPLAN/ DIEPS/NEP.

Periferia Metropolitana

Os movimentos migratórios entre os municípios que compõem a periferia metropolitana se intensificaram ao longo dos anos. Entre 2005-2010, 13.087 pessoas migraram de um município para outro, volume 4,5 vezes maior que o observado entre 1986-1991. Ao se analisar o saldo migratório desses municípios, percebeu-se que, em 1991, apenas Formosa e Padre Bernardo perderam população para outro município da periferia metropolitana. Entre 1995-2000, o quadro muda, ou seja, apenas os municípios de Águas Lindas de Goiás, Cristalina, Valparaíso de Goiás e Padre Bernardo apresentaram saldo positivo (Tabela 4).

Chamou a atenção o comportamento entre 1995-2000 e 2005-2010 de Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás, uma vez que, enquanto no primeiro houve uma redução de 46,6%, passando de 1.131 para 604 no saldo migratório; no outro, o saldo aumentou 32,7% (1.691) (Tabela 4).

Localidade de origem

Considerou-se aqui o fluxo migratório para os municípios da AMB e demais municípios de Goiás, a fim de examinar o local de origem desses migrantes. Em 2000, a perda populacional ocorrida na capital do país para a periferia metropolitana apontou um processo de periferação, especificamente para Águas Lindas de Goiás. Entre 1995-2000, do total de imigrantes de Águas Lindas de Goiás, 61,2% eram oriundos do DF. No quinquênio 2005-2010, esse percentual passou para 48,0%, o que representou uma redução de 21,6% na participação do DF entre os imigrantes de Águas Lindas de Goiás. Em contrapartida, os emigrantes das demais áreas do país aumentaram a sua participação (27,7%) na composição populacional desse município. Esses resultados mostraram que, quando Águas Lindas de Goiás foi criada e a sua população constituiu-se, principalmente, de imigrantes provenientes do Distrito Federal, que, embora ainda tenham participação expressiva, caiu no último quinquênio analisado (Tabela 5).

As Unidades da Federação (exceto a AMB) embora apresentem participação decrescente na composição populacional da periferia, tiveram uma contribuição relevante em todo o período (Tabela 5).

No quinquênio 2005-2010, a periferia metropolitana de Brasília passou a atrair pessoas de outras áreas do país, reduzindo o peso das que saíram do DF. Em contrapartida, Cidade Ocidental, Novo Gama, Padre Bernardo e Valparaíso de Goiás apresentaram fluxos contrários, isto é, a maioria dos seus imigrantes veio do Distrito Federal (Tabela 5).

Considerações Finais

A tendência dos saldos migratórios para o Distrito Federal, para os municípios da periferia metropolitana e para os demais municípios do Estado de Goiás apontou comportamentos diferenciados nos quinquênios 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010.

Tabela 3 - Imigrantes do Distrito Federal segundo município da periferia metropolitana de origem. 1991-2000-2010.

Periferia Metropolitana	1986-1991		1995-2000		2005-2010	
	Imigrante	%	Imigrante	%	Imigrante	%
Águas Lindas de Goiás	-	-	33.440	38,7	15.830	25,5
Alexânia	732	1,5	607	0,7	837	1,3
Cidade Ocidental	-	-	5.449	6,3	5.427	8,7
Cristalina	545	1,1	783	0,9	1.021	1,6
Formosa	1.813	3,7	2.161	2,5	1.951	3,1
Luziânia	31.459	64,7	11.828	13,7	6.059	9,8
Novo Gama	-	-	8.476	9,8	6.785	10,9
Padre Bernardo	1.037	2,1	1.832	2,1	2.352	3,8
Planaltina	6.735	13,8	5.994	6,9	3.774	6,1
Sto. Ant. do Descoberto	6.324	13,0	4.813	5,6	3.444	5,5
Valparaíso de Goiás	-	-	10.942	12,7	14.616	23,5
Total	48.645	100,0	86.325	100,0	62.096	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Dados elaborados pela CODEPLAN/DIEPS/NEP.

No Distrito Federal o comportamento do saldo migratório foi decrescente, enquanto, que em Goiás, foi ascendente. Quanto à periferia metropolitana, os dados mostraram forte crescimento do saldo para o período 1995-2000 e queda entre 2005-2010; ainda assim esse resultado foi muito maior que o verificado no Distrito Federal. O saldo da periferia metropolitana foi de 1,6 vez o do DF em 1991, relação que aumentou ao longo das décadas, chegando a ser 6,3 vezes maior em 2010.

Os dados do censo demográfico de 2010 indicaram que o Distrito Federal deixou de ser o agente principal, responsável pelo crescimento populacional de Águas Lindas de Goiás, dividindo sua participação com as demais Unidades da Federação. Uma parcela dos movimentos migratórios já não perpassa o Distrito Federal. As pessoas saem do seu local de origem diretamente para os municípios goianos. Ainda assim o DF continua sendo um importante polo atrativo do país.

No quinquênio 2005-2010, Águas Lindas de Goiás e Luziânia passaram a atrair mais pessoas de outras áreas do país, enquanto os demais municípios da periferia metropolitana, principalmente, Valparaíso de Goiás, Alexânia e Novo Gama, aumentaram o poder de atração sobre os emigrantes do Distrito Federal.

Vale ressaltar que a redução de emigrantes do Distrito Federal na composição da população de alguns municípios da periferia não reduziu a importância do DF nesse

Tabela 4 - Saldo Migratório entre os municípios da periferia metropolitana - 1991-2000-2010

Periferia Metropolitana	Imigrantes (I)			Emigrantes (E)			Saldo Migratório Intra periferia da AMB (I-E)		
	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010	1986-1991	1995-2000	2005-2010
Águas Lindas de Goiás	-	1.229	1.769	-	98	1.166	-	1.131	604
Alexânia	242	202	63	184	448	290	57	-246	-226
Cidade Ocidental	-	817	1.433	-	931	892	-	-113	541
Cristalina	228	751	532	244	359	357	-16	392	175
Formosa	346	564	646	674	923	879	-328	-359	-233
Luziânia	1.020	2.021	2.294	429	2.122	2.986	591	-100	-692
Novo Gama	-	1.066	1.075	-	1.043	2.015	-	23	-940
Padre Bernardo	79	269	219	310	236	487	-231	33	-268
Planaltina	560	552	700	463	1.270	876	98	-718	-176
Sto. Ant. do Descoberto	540	330	690	483	896	633	57	-566	57
Valparaíso de Goiás	-	2.471	3.667	-	1.197	1.976	-	1.274	1.691
Total	3.016	10.272	13.087	2.788	9.520	12.555	228	751	532

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Dados elaborados pela CODEPLAN/DIEPS/NEP.

Tabela 5 - Distribuição percentual dos Imigrantes dos municípios da periferia metropolitana, dos demais municípios de Goiás e do DF, segundo localidade de origem. 1991-2000-2010

Áreas de destino	1986-1991				1995-2000				2005-2010			
	Área Metropolitana	Distrito Federal	UFs, exceto AMB e DF*	TOTAL	Área Metropolitana	Distrito Federal	UFs, exceto AMB e DF*	TOTAL	Área Metropolitana	Distrito Federal	UFs, exceto AMB e DF*	TOTAL
Águas Lindas de Goiás	-	-	-	-	2,2	61,2	36,6	100,0	5,4	48,0	46,7	100,0
Alexânia	10,4	31,5	58,1	100,0	9,5	28,7	61,8	100,0	3,3	43,5	53,2	100,0
Cidade Ocidental	-	-	-	-	7,4	49,6	43,0	100,0	13,9	52,5	33,7	100,0
Cristalina	4,9	11,8	83,3	100,0	13,5	14,1	72,5	100,0	8,3	16,0	75,7	100,0
Formosa	4,2	21,8	74,0	100,0	6,8	26,0	67,2	100,0	8,6	26,1	65,2	100,0
Luziânia	1,8	54,2	44,0	100,0	6,8	40,0	53,2	100,0	12,4	32,7	54,9	100,0
Novo Gama	-	-	-	-	6,0	47,9	46,1	100,0	8,4	52,9	38,7	100,0
Padre Bernardo	3,4	44,4	52,2	100,0	7,7	52,8	39,5	100,0	5,1	54,9	40,0	100,0
Planaltina	4,3	52,0	43,6	100,0	3,8	41,7	54,4	100,0	8,2	44,4	47,4	100,0
Sto. Ant. do Descoberto	4,2	49,7	46,1	100,0	3,1	45,2	51,7	100,0	9,5	47,3	43,2	100,0
Valparaíso de Goiás	-	-	-	-	8,7	38,3	53,0	100,0	12,9	51,2	35,9	100,0
Demais municípios GO	3,9	9,8	86,3	100,0	3,4	8,4	88,2	100,0	3,8	7,9	88,3	100,0
Distrito Federal	4,1	-	95,9	100,0	4,4	-	95,6	100,0	7,5	-	92,5	100,0
Periferia da AMB		48,0	49,0	100,0		46,4	48,1	100,0		44,6	45,9	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. Dados elaborados pela CODEPLAN/ DIEPS/NEP.

* Inclui MT, MS e demais municípios de Goiás - ** Inclui Distrito Federal e demais municípios do Estado de Goiás

processo. Esses imigrantes, embora oriundos de outros estados, foram importantes na composição populacional da região, uma vez que possuem uma relação de dependência com o Distrito Federal, seja por trabalho, serviços de saúde ou educação.

A perda populacional ocorrida na capital do país para os demais municípios que compõem a AMB no quinquênio 1995-2000 e, especificamente, para a cidade de Águas Lindas de Goiás pressupõe que ocorreu um processo de periferização do DF à época. No quinquênio 2005-2010, esse processo apresentou um arrefecimento; ainda assim, mais da metade dos que entraram na Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás eram do Distrito Federal.

As alterações observadas nos fluxos migratórios suscitam uma série de questões, que certamente merecem ser analisadas com mais detalhes. Estudos futuros com relação ao perfil do migrante e sua condição socioeconômica permitirão conhecer melhor o comportamento dos fluxos apresentados neste artigo. ■

(*) Lucilene Dias Cordeiro é demógrafa da Codeplan

(**) Mônica de Oliveira Marques França é socióloga da Codeplan

Bibliografia

- BARBOSA FERREIRA, I. C.; PENNA, N. A. Brasília: novos rumos para a periferia. In: PAVIANI, A. (Org.). Brasília: moradia e exclusão. Brasília, Coleção Brasília, Editora UnB, 1996.
- FRANÇA, Mônica. Comportamento dos saldos migratórios no Distrito Federal 1992-2007. Codeplan. Brasília, Brasil, 2010.
- IBGE. Censo Demográfico
- 1991: Distrito Federal e Goiás, microdados. Rio de Janeiro, 1994.
- 2000: Distrito Federal e Goiás, microdados. Rio de Janeiro, 2004.
- 2010: Distrito Federal e Goiás, microdados. Rio de Janeiro, 2012.
- VASCONCELOS, Ana Maria Nogales et al : A utopia à realidade: uma análise dos fluxos migratórios para o Aglomerado Urbano de Brasília – XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu - MG –Brasil - 2006.

Vale ressaltar que a redução de emigrantes do Distrito Federal na composição da população de alguns municípios da periferia não reduziu a importância do DF nesse processo. Esses imigrantes, embora oriundos de outros estados, foram importantes na composição populacional da região, uma vez que possuem uma relação de dependência com o Distrito Federal, seja por trabalho, serviços de saúde ou educação.

Economia do DF sofre queda no 1º trimestre

A atividade econômica do Distrito Federal, medida pelo Índice de Desempenho Econômico – IDECON-DF, registrou queda de 0,4% no 1º trimestre de 2013, na comparação com o mesmo período de 2012, contrariamente ao resultado observado para o Brasil (+1,9%). Embora o setor de serviços, com representatividade preponderante no cálculo do IDECON-DF, tenha apresentado variação positiva de 0,3%, isso não foi suficiente para compensar a forte queda nos setores da agropecuária e da indústria.

O desempenho da economia do DF no 1º trimestre de 2013 apresentou a primeira variação negativa da série do IDECON-DF/CODEPLAN iniciada no 1º trimestre de 2012. Nos quatro trimestres de 2012 apresentou variação positiva de 3,6%, 1,8%, 2,8% e 2,8%, respectivamente.

Serviços

O setor de serviços representa 93,20% de toda a atividade econômica do DF, determinando o resultado geral do desempenho econômico local. A atividade comércio registrou crescimento de 1,5% no DF no 1º trimestre de 2013, um pouco acima da média nacional de 1,2% divulgada pelo IBGE. O crescimento do comércio pode ser explicado, principalmente, pelo volume de vendas de veículos novos (+2,7%) e também pelo aumento do pessoal ocupado (+3,5%).

A atividade que mais cresceu no setor de serviços foi a de informação, com variação positiva de 4,3%, e vem mantendo desempenho positivo desde o início da série do cálculo do IDECON-DF.

A intermediação financeira teve desempenho positivo de 0,3%. Apesar do modesto crescimento, esse resultado revela uma mudança de tendência, após sucessivas quedas registradas no ano anterior, principalmente, nos dois últimos trimestres de 2012. O crescimento de 0,3% da intermediação financeira ficou abaixo da média nacional, que cresceu 1,5%, segundo o IBGE.

O conjunto de resultados positivos dessas ativida-

des não foi suficiente para mostrar uma maior performance do setor de serviços em função do fraco desempenho da administração pública (-0,6%), a qual responde por 58,38% do total do setor de serviços. Em âmbito nacional, conforme o IBGE, a administração pública cresceu 2,2% e a totalidade do setor de serviços, 1,9%.

Indústria

A atividade industrial, que tem peso de 6,55% no PIB local, registrou queda de 8,8% no 1º trimestre de 2013, comparativamente ao mesmo período de 2012. No Brasil, a queda foi de 1,4%.

Na indústria de transformação, que representa somente 1,65% do PIB total, houve crescimento de 3,9% no trimestre, enquanto o resultado para o país caiu -0,7%.

A construção civil, que representa 4,19% do PIB local, teve forte queda de 16,6% no 1º trimestre na comparação com o mesmo período de 2012, notadamente em função da desaceleração do programa Minha Casa, Minha Vida no DF e da conclusão de grandes obras públicas. No Brasil, a atividade registrou desaquecimento de -1,3% no mesmo período.

Observa-se que o desempenho da indústria como um todo no DF foi determinado pelo comportamento da construção civil, considerando que esta atividade representa 64% de todo o setor local.

Agropecuária

O setor agropecuário no DF exerce pequeno impacto no desempenho geral, pois responde por apenas 0,25% do PIB local. No 1º trimestre de 2013, apresentou queda de -28,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. No Brasil, o crescimento foi de 17,0%.

A queda registrada pode ser explicada pelos efeitos climáticos e infestação de pragas na safra de 2013. De acordo com a EMATER/DF, as lagartas atacaram as plantações de milho e a doença da mosca branca afetou a qualidade e a produtividade das lavouras, atingindo, principalmente, as plantações de feijão e tomate. A cultura do feijão, especificamente, sofreu com a estiagem no período de plantação e com as chuvas acima do normal no período da colheita. ■

Idecon - DF e PIB Brasil

Série de variações trimestrais dos Setores e das Atividades Econômicas - 1º trim./2012 a 1º trim./2013

ATIVIDADES ECONÔMICAS	TRIMESTRES				
	1º trim./12	2º trim./12	3º trim./12	4º trim./12	1º trim./13
AGROPECUÁRIA	5,0	2,4	-22,8	-23,5	-28,4
INDÚSTRIA	7,2	4,4	2,4	7,7	-8,8
Indústria de transformação	7,0	4,3	7,6	4,1	3,9
Construção civil	8,2	4,2	-1,1	9,0	-16,6
Demais subsectores	2,6	5,2	7,4	10,8	8,4
SERVIÇOS	3,3	1,6	3,0	2,9	0,3
Comércio e serviços de manutenção e reparação	4,5	3,2	8,4	2,5	1,5
Serviços de informação	8,2	8,4	7,3	6,1	4,3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-1,9	1,6	-0,6	-3,3	0,3
Atividades imobiliárias e aluguel	3,2	3,1	3,7	3,8	3,9
Administração, saúde, educação públicas	1,8	2,6	3,2	1,3	0,9
Demais subsectores	1,8	2,6	3,2	1,3	0,9
INDICADOR GERAL	3,6	1,8	2,8	3,1	-0,4

Fonte: Codeplan

Philippe Tshimanga
Kabutakapu
Economista da
Codeplan

Jornalismo como ferramenta do exercício da cidadania

(*) Luiz Martins da Silva

Houve um tempo em que “sair na imprensa” era coisa de elite ou de marginais. Nessa era de extremos midiáticos, havia até a queixa do cancionista popular, de que “a dor da gente não sai no jornal”. Dizia a letra de “Notícia de jornal” (composição de Haroldo Barbosa e Luiz Reis e interpretações de Chico Buarque de Hollanda e Miltoninho): “Ninguém notou, ninguém morou/Na dor que era o seu mal”. Referia-se, como numa “crônica policial” de “imprensa marrom”, a uma “Joana de tal” que, por causa de um “tal João”, havia atentado contra a vida e, como saldo, tudo de ruim se lhe havia acontecido, até a perda do lar, pois tudo em volta se acabara.

Não que não haja mais Joanas e Joãos desesperados em seus humildes barracões; não que não sofram de dramas pessoais e sociais. Mas muita coisa mudou, tanto na realidade social brasileira, uma realidade de milhões de pessoas ainda dependentes de “bolsa-família”, quanto no tratamento que os cidadãos merecem da imprensa, sejam eles celebridades ou “cidadãos comuns”. Aliás, não existem mais cidadãos de segunda. Todos merecem respeito e dignidade, prerrogativas que, se ultrajadas, contam imediatamente pelo menos com um “disque” de prontidão ou de toda a imprensa, sempre disposta a denunciar agressões, discriminações e mal atendimento ao cidadão ou ao mesmo na sua versão de senhor da coisa pública: contribuinte.

Hoje, na relação com a imprensa, a situação se inverteu. Agora, o povo é de fato, o tal, mas num sentido positivo, de atenção, carinho, prestação de serviço e utilidade pública. Servir ao cidadão é uma marca da imprensa brasileira, espaço no qual o cidadão, a não ser que ele atente contra a própria existência, contra a vida e contra os direitos de outros cidadãos ou de uma coletividade, terá muitas chances de sair bem no filme.

Isso mesmo, tanto o cidadão é boa notícia, quanto no seu planejamento diário, a mídia de Brasília prioriza o cidadão como foco de uma série de pautas, orientadas, por serviços desde as primeiras horas do dia ao retorno ao lar, passando pelo que está no cotidiano e nas agendas: semanal, mensal, anual. São orientações sobre prazos, dicas de locais e horários de atendimento, oportunidades e uma variedade de esclarecimentos em torno de impostos, direitos, deveres, vacinações, procedimentos etc.

Colunas, seções e espaços cativos, incluindo a contratação de consultores, já há muito tempo têm garantidas



as suas “retrancas”, como se diz no jargão jornalístico, a começar pelos assuntos mais dramáticos para o exercício pleno da cidadania: saúde, segurança, transporte, trabalho e muitos guias: o que fazer, como fazer, como evitar, como cuidar e, em todos os casos, qual o destinatário das queixas e sugestões; quais os telefones úteis e quais os endereços, físicos, de internet, de e-mail etc. Há ofertas dos mais variados conteúdos e, de quebra, a orientação de especialistas, até sobre como entender o ‘seu’ animal doméstico. Por vezes, a ocasião faz o “gancho” para a oferta de matéria ou de espaços de serviço, tornando-se os mesmos um diferencial da edição. No dia 25 de maio de 2013, véspera do jogo inaugural do Estádio Mané Garrincha (ao qual compareceram mais de 60 mil pessoas), o Correio Braziliense publicou em página dupla um “Guia do Torcedor”, contendo mapas e numerosas indicações sobre acessos, linhas de ônibus e metrô, locais de estacionamento, emergências e localizações das arquibancadas.

Na imprensa brasileira e na imprensa em geral, é tão frequente a oferta de páginas e conselhos dedicados à saúde que o fenômeno já tem até designação por parte dos estudiosos. Trata-se da “mídia-consultório”, seja na oferta de matérias especializadas, seja no franqueamento de especialistas para responder a perguntas: “Escreva para nós... Encaminhe as suas dúvidas...” Mas há também os

atendimentos voltados para as “comunidades”, por exemplo, dos “concurseiros”; dos fanáticos por novas tecnologias; dos amantes do vinho; da boa comida; do turismo de aventura e, por alguns meses do ano, orientações acerca do Imposto de Renda.

Uma característica muito marcante no relacionamento imprensa-cidadão passou a ser a oportunidade que é oferecida às pessoas para que elas também participem da elaboração dos conteúdos midiáticos, graças às facilidades de interação e interatividade proporcionadas pelos novos meios técnicos, entre eles, as redes sociais. Antes, o máximo que a mídia lhe proporcionava era o status de fonte de informações. Agora, podem ser autoras ou coautoras de matérias. O professor Alex Primo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, referência no assunto, considera que há três níveis de interatividade: um, mais elementar, das interações pessoa-máquina; outro, das interações entre pessoas, mediadas por computador; e um terceiro, mutuamente cooperativo, quando duas ou mais pessoas interagem, via suportes digitais, na produção de um texto, mensagem ou produto multimidiático (que reúne texto, voz, imagens e movimento).

Foi o advento dos cenários midiático-interativos que proporcionou o que se tem denominado de “jornalismo cidadão”, sinônimo de “jornalismo colaborativo”, modalidades que representam avanços com relação a outrora (década de 90) novo “jornalismo público”, tradução para um movimento que teve origem nos Estados Unidos, o do *civic journalism*, também chamado de *public journalism*, ou seja, o jornalismo comprometido com os problemas das comunidades, sem, no entanto, se confundir com o “jornalismo comunitário”, por exemplo, das rádios comunitárias.

O jornalismo cívico (ou cidadão) norte-americano consiste na cooperação entre imprensa e movimentos sociais ou de associações de bairros, no enfrentamento de problemas tais como violência e drogas. Originalmente, o *civic journalism* tinha como bandeira as campanhas em torno do voto e do voto responsável. Como nos EUA o voto não é obrigatório, as comunidades, com o apoio da imprensa, entenderam que ir votar e acompanhar o cumprimento dos compromissos por parte dos eleitos eram duas etapas fundamentais para a consecução dos seus objetivos.

No Brasil não houve, como ainda há nos Estados Unidos, parcerias financeiras na realização de projetos de jornalismo público, em geral, entre fundações privadas de direito público e empresas jornalísticas. Aqui, a receptividade da ideia do jornalismo público (que não é propriamente um gênero, mas um movimento) foi muito forte e com uma característica muito peculiar: a liga

que uniu comunidades e mídia foi dada pelo interesse público, mesmo sem o altruísmo financeiro de grandes corporações. Foi assim que se deu, por exemplo, com a campanha “Paz no trânsito”, nascida na redação do Correio Braziliense (CB), abraçada pelo Governo do Distrito Federal e respaldada pelos brasilienses. O respeito à faixa de pedestres é uma marca de Brasília e um exemplo bem sucedido de mobilização social que está sendo copiado em outras cidades.

A parceria entre o Correio Braziliense e a Capital Federal existe desde a inauguração dos dois, ou seja, 21 de abril de 1960, quando Assis Chateaubriand teve de “pagar” a aposta que fez com Juscelino Kubitschek: ‘Se você inaugurar uma cidade naquele ermo, eu inaugurarei lá um jornal’. Ao longo de mais de meio século, o CB tornou-se mais do que jornal-aposta e homenagem ao ideário republicano de Hipólito José da Costa, tornou-se, como no título de uma das suas colunas, o Correio do Braziliense, pertença que não tem sentido apenas retórico, muito pelo contrário. “Um jornal serve para servir”, publicou certa vez em editorial de primeira página o Correio Braziliense, profissão de fé cumprida com capricho e merecedora ao longo de sua história de mais de uma centena de prêmios, tanto o jornal quanto os seus jornalistas.

Prêmios, inclusive internacionais, tornaram-se uma rotina para o CB e seus repórteres, editores, sob o comando da editora-chefe Ana Dubeux. Premiações, no entanto, são apenas protocolos de reconhecimentos ocasionais de grande brilho. No dia a dia, é difícil folhear o CB sem que alguma matéria faça parte do clipping

de quem recolhe demonstrações dessa relação univetelina entre imprensa e cidadania. Imprensa e cidadania é, por sinal, nome de uma das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UnB.

Numa de suas edições, o Prêmio Esso de Jornalismo, a mais conceituada distinção do gênero no Brasil, recaiu sobre uma série de reportagens do CB. Até aí, nenhuma novidade, a não ser pelo fato de que essa premiação, geralmente atraída por coberturas dramáticas, rendeu-se aos encantos de relatos de impacto social: onze reportagens de uma série intitulada “Amores possíveis”, de autoria de Conceição Freitas, narrando “boas histórias” de pessoas que, a despeito de serem deficientes físicos, moradores de ruas etc. Modesta, Conceição havia inscrito a sua produção no âmbito regional, do Centro-Oeste. A Comissão Julgadora considerou, que a série merecia o primeiro lugar na categoria Esso Nacional.

Rotina, portanto, é encontrar-se nas páginas do CB matérias de serviço ou notas de serviço ancorando as

Uma característica muito marcante no relacionamento imprensa-cidadão passou a ser a oportunidade que é oferecida às pessoas para que elas também participem da elaboração dos conteúdos midiáticos, graças às facilidades de interação e interatividade proporcionadas pelos novos meios técnicos, entre eles, as redes sociais.

reportagens, como no exemplo “clipado” do caderno “Cidades” do dia 18/05/2013: “Adoção bate recorde”. Pouco menos de uma página inteira, não sobre o lar desmoronado de uma “Joana de tal”, por causa de um “tal João”, mas, a “boa notícia” acerca das estatísticas de adoção de crianças no DF e, como exemplo, a adoção de três irmãos por um casal sem filhos. E, como é típico

geral, quando o assunto é a mobilização social em torno de causas sociais e humanitárias, as matérias contam com a participação de uma tríade de protagonistas: autoridade pública, cidadão e repórter.

Mas o Correio Braziliense tem ido mais longe na sua política editorial voltada para a cidadania, privilegiando pessoas cuja vidas são exemplos de batalhas, pioneirismo e realizações em benefício coletivo. Fugindo do lugar-comum de abrir espaços para o brilho de celebridades, o Correio se notabilizou pelo resgate de centenas de personagens que participaram da construção e da consolidação de Brasília, ao longo de seus 50 anos: a senhora que foi caminhoneira; os operários que manufaturaram os moldes das colunatas do Palácio do Planalto; os marceneiros que trabalharam na construção do Catetinho (primeira moradia do presidente Juscelino); ou simplesmente o casal que

CORREIO BRAZILIENSE

DE ASSINANTE • VENDA PIONEIRA BRASÍLIA, SEPTENTRIONAL, QUARTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 2011 NÚMERO 2356 • 24 PAGINAS

...Ela nos orgulha



Admirar o que está aliante de uma janela, como olhar um altar. Cecilia Melo, é uma pequena felicidade certa. Se for em Brasília, então a chance de se encontrar com a paisagem eterna. Afinal, a capital do país nasceu de um sonho. Um sonho que inspirou Dom Bosco, Juscelino, Lúcio Costa. Não importa se tornou realidade graças aos 2,6 milhões de habitantes que hoje celebram os 54 anos da metrópole. Como ficar indiferente ao ser a Brasília que se abre para o primeiro foto-clipe quando a profissão

Maria Irene, a Irena, vive a janela do quarto onde mora no último andar do Hotel Nacional? Como contar a administração ficou um cenário monumental que abalou a cidade? E como a cidade? E como a qualidade de vida que se tornou realidade? E como a cidade que nasceu de um sonho, também, poesia. É só abrir a janela e se apaixonar

SUPLEMENTO ESPECIAL

Prêmios, inclusive internacionais, tornaram-se uma rotina para o CB e seus repórteres, editores, sob o comando da editora-chefe Ana Dubeux. Numa de suas edições, o Prêmio Esso de Jornalismo, a mais conceituada distinção do gênero no Brasil, recaiu sobre uma série de reportagens.

festejou 70 anos de casamento, juntando na celebração (na qual novamente disseram SIM), toda a sua prole: dez filhos, 26 netos e 14 bisnetos. Páginas sem anúncios por vezes são abertas para que o público concorra à melhor foto da cidade ou para algum repórter fotográfico que montou um ensaio sobre os ipês amarelos, roxos e brancos da Capital.

Nessa linha de fazer de uma publicação impressa uma espécie de álbum de família do brasiliense, os Diários Associados decidiram publicar em Brasília a revista Encontro, que já existia em Belo

Horizonte, e que se dedica inteiramente aos brasilienses que, de alguma forma, fazem Brasília com os seus talentos nas mais variadas “retrancas”: arquitetura, música, filantropia, gastronomia, lazer, literatura, negócios, pintura, turismo etc. E como não poderia deixar de ser, com muitas dicas de serviço, como na matéria de capa de uma das primeiras edições, em que

nas matérias de cidadania e “impacto social”, um box dando o serviço, ou seja, o “Passo a passo” instrucional, para quem queira adotar uma criança, um decálogo tendo como fonte o Conselho Nacional de Justiça. O “gancho” para a matéria, como se diz no jargão jornalístico, era o fato de ter ocorrido um aumento de 34,8% – o maior da história –, nesse tipo de ação, entre 2009 e 2013. Em

foram destacadas, numa matéria especial de Leilane Menezes, dez entidades que no DF cuidam de crianças resgatadas do abandono e de situações de risco.

Semanalmente (a Encontro é mensal), é a “Revista do Correio” que trata de afagar a autoestima dos moradores do DF, nas suas 40 páginas, bem diagramadas e valorizando as pessoas, suas histórias e competências, como na edição de número 394 (2/12/2012), cuja chamada de capa festejava “Os novos velhos brasileiros”, ou seja, aqueles que, a caminho dos 100 anos de idade, curtem a vida, adotam hábitos saudáveis e são verdadeiros “pés de valsa”.

Invariavelmente, a “Revista do Correio” traz uma página dupla central com assuntos de saúde. Na referida edição, uma matéria didática sobre como enfrentar um certo “Aperto incontrolável” (incontinência urinária). E como saúde é literalmente o que interessa, tome mais revista: o mesmo pacote daquela edição dominical do CB trazia ainda um encarte- revista da série “Viva Melhor – Qualidade de vida em foco”, matéria de capa sobre “O caminho do bem-estar”, relatando a experiência de pessoas que decidiram mudar a sua rotina sedentária, obtendo com isso “mais disposição e saúde, perda de peso e ganho de qualidade de vida”.

Por sua vez, o Jornal de Brasília (JBr), fundado no início da década de 70 e que já recebeu no passado a perífrase de o “Washington Post brasileiro”, pela dedicação com que cobria a Capital, não tem ficado para trás em se tratando de dar atenções aos brasilienses, assim considerando os habitantes de toda a “Região Metropolitana do Distrito Federal”, abrangendo, portanto, todas as regiões administrativas desse complexo urbano que se estende para além das fronteiras do DF com o Estado de Goiás.

Além das colunas e espaços de serviço dedicados à cidadania, a exemplo do “Ponto do Servidor”, o Jornal de Brasília cobre os assuntos locais das cidades do DF, atendendo as sugestões de pautas da população. Intitulado “Você repórter”, esse projeto transformou-se no carro-chefe de interação com a comunidade. Os repórteres e fotógrafos escalados vão lá para dar forma às contribuições dos populares.

As ligações telefônicas dos leitores são atendidas diretamente pela editora-executiva, Nelza Cristina, não havendo intermediação nem mesmo da secretária, sendo esta uma das razões pelas quais o JBr optou por não ter ombudsman, e sim, uma linha

Nelza Cristina, editora-executiva do Jornal de Brasília recebe as ligações telefônicas dos leitores, optando por não ter ombudsman, e sim, uma linha direta com o cidadão, cujo número é 61 - 3342.8061. Mas o público também pode recorrer ao jornal por meio de e-mails e redes sociais.

direta com o cidadão, cujo número é 61-3342.8061. Mas o público também pode recorrer ao jornal por meio de e-mails e redes sociais.

Com 20 anos de existência e com uma tiragem gratuita de 130 mil exemplares, o Jornal da Comunidade, como o próprio nome indica, é um veículo focado na vida dos brasilienses, sempre destacando personalidades cujos perfis se confundem com a história de Brasília e do DF. É o que se pode ver semanalmente no “Caderno VIP” e em matérias como a seguinte: “Minha vida daria um filme”, depoimento do primo-irmão de

JK, Carlos Murilo, e ex-deputado federal. Personalidades do cotidiano brasiliense ganham também o seu destaque, principalmente no jornal Coletivo, também gratuito, vinculado ao grupo Comunidade. Outra referência em se tratando de mídia gratuita é o jornal Metro, do grupo internacional que circula em 23 países e atinge 20 milhões de países. Produto tipicamente brasiliense, no entanto, é o jornal Lotus (Ano 26, 17 mil exemplares), guia de medicina alternativa e de filosofias que procuram harmonizar corpo, mente e espírito. Nessa mesma sintonia, circula há 13 anos a revista Terceiro Milênio (11,5 mil exemplares), igualmente gratuita.

Porta-voz permanentemente atento às reivindicações, denúncias e contribuições dos cidadãos é a Central Brasileira de Notícias (CBN), que além das linhas dedicadas ao “Telefone do ouvinte”, tem explorado intensamente as redes sociais para interagir com a população do DF, participe de um “jornalismo colaborativo” que a emissora pratica desde que foi criada. Diariamente, mas com ênfase pelas manhãs e fins de tarde, quando a população se desloca para o trabalho e dele retorna, os ouvintes da CBN transformam-se em repórteres “tuiteiros”, fornecendo informações de todos os pontos do DF sobre as condições de trânsito: fluxo, acidentes, retenções e rotas alternativas. Eles chegam ao requinte de prevenir acidentes e prejuízos, por exemplo, avisando de buracos nas pistas, especialmente em dias de chuva. Maria Honda, produtora da rádio CBN, recebe diariamente informações on-line de cidadãos do Distrito Federal.

Um dos fatores que têm contribuído para o sucesso dessa experiência de contar com as pessoas do público como coautoras dos conteúdos jornalísticos tem sido a credibilidade alcançada por parte do público. Geralmente, as ocorrências não são relatadas por uma única pessoa, sendo que algumas delas fazem questão de fotografar ou filmar os acontecimentos e transmiti-los às redações, evitando, assim que os jornais e

Outra referência em se tratando de mídia gratuita é o jornal Metro, do grupo internacional que circula em 23 países e atinge 20 milhões de países. Nessa mesma sintonia, circula há 13 anos a revista Terceiro Milênio (11,5 mil exemplares), igualmente gratuita.



A redação da rádio CBN recebe diariamente informações on-line de cidadãos do Distrito Federal.

emissoras tenham de deslocar equipes para os locais dos incidentes. Por vezes, quando esse deslocamento é providenciado, até que uma viatura da reportagem chegue ao local ou a cena já se desfez ou o problema já foi resolvido. É claro que a imprensa também conta com a colaboração direta das autoridades, especialmente da polícia e dos bombeiros. Com frequência, pessoas do público e autoridades são confrontadas ao vivo. “Momentos como esses são gratificantes para o jornalista, na sua missão de intermediar respostas do Poder Público ao próprio público”, como afirma a repórter Raquel Miura, há dez anos na CBN.

No DF, as câmeras dos telejornais funcionam como olhos avançados do interesse público, sendo muito comum as redações serem alertadas antes mesmo dos plantonistas de serviços essenciais. Chamar a imprensa para documentar o motivo das queixas é uma forma utilizada pela população para pressionar as autoridades e por vezes criar a necessidade do comparecimento das mesmas aos locais dos problemas. Nada mais convincente na caracterização das denúncias do que deixar aos próprios usuários dos serviços públicos a narrativa dos seus dramas, ao vivo, direta e simultaneamente.

Deslocar uma equipe de TV, com toda a tecnologia necessária para transmissões diretas, não é simples, mas às vezes é necessário. E isto tem sido feito pelas sucursais das redes de TV estabelecidas em Brasília, razão pela qual as suas linhas figuram na lista dos “telefones úteis” da Capital, onde o DF-TV, por exemplo, está comemorando 30 anos de serviços prestados, ao lado do Bom dia DF, ambos referências no atendimento à população, funcionando como verdadeiras ouvidorias públicas, tal a sua capacidade de intermediação, não só de queixas e denúncias, mas também dos bons exemplos de cidadania. É quando o cidadão faz exemplarmente a sua parte e merece ser “boa notícia”, invertendo-se a velha máxima do jornalismo, aquela segundo a qual “más notícias, boas notícias” (*bad news, good news*). ■

O DF-TV está comemorando 30 anos de serviços prestados, ao lado do Bom dia DF, ambos referências no atendimento à população, funcionando como verdadeiras ouvidorias públicas, tal a sua capacidade de intermediação, não só de queixas e denúncias, mas também dos bons exemplos de cidadania.

(*) *Luiz Martins da Silva* é jornalista, professor e pesquisador da Universidade de Brasília

Nota sobre o IPCA do DF no 1º semestre

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o indicador oficial de inflação adotado pelo governo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Abrange famílias com rendimento mensal compreendido entre 1 e 40 salários mínimos, residentes nas áreas urbanas de 10 localidades mais o Distrito Federal, este com pequena participação de 3,46% do total nacional.

O IPCA calculado para o Brasil atingiu, em 2012, +5,84%, e para o DF a variação chegou a +5,43%, 3ª menor índice obtido entre as 11 localidades regionais. No acumulado de janeiro a junho de 2013, o IPCA nacional variou em +3,15% e nos últimos 12 meses, +6,70%. Já o IPCA para o DF alcançou +2,79% e +6,47%, respectivamente.

O fato de o Distrito Federal ter apresentado variação do IPCA menor que a média das demais regiões pesquisadas pelo IBGE (por exemplo, no período do Plano Real, variou 253,44%, contra 260,92%, em nível nacional) tem provocado inquietação quanto às explicações para esse comportamento da inflação local.

Ao buscar respostas para essas indagações, considerando que a amostragem da Pesquisa de Orçamento Familiar-POF 2008-2009 (que corresponde a 647.989 famílias que têm rendimento de 1 a 40 salários mínimos ou 88,9% do total) definida pelo IBGE seja representativa para as localidades do Distrito Federal, infere-se que uma das explicações estaria associada ao peso de cada um dos grupos e subgrupos na estrutura de

ponderação do IPCA/DF comparados ao do IPCA Nacional e suas correlações com as respectivas variações de preços ocorridas em cada grupo e subgrupo de cada localidade desse imenso e desigual país.

Os preços do grupo da Alimentação foram os maiores vilões do IPCA no Distrito Federal (e até superaram o índice nacional) nos períodos de 2012 e no primeiro semestre de 2013, com os preços do arroz, feijão, farinha, frango, ovos, pão, hortaliças e verduras, variando bem acima do aumento médio de 13,0%. Mas como a sua participação no total é menor no DF (20,2% do total) do que no índice nacional (22,1% do total), o impacto desse aumento pode ser minimizado, dependendo da combinação do resultado das variações multiplicado pelas ponderações. Com efeito, a situação se torna diferente quando é considerado o período de 12 meses, conforme tabela abaixo.

Os preços do grupo da Habitação no DF, nos seis primeiros meses de 2013, apresentaram-se com variação positiva (+1,44%), enquanto os preços do índice nacional reduziam-se (-0,18%), não obstante sua participação de 14,0% do total. E, em 12 meses, o crescimento dos preços do DF (+3,91%) ficou acima do nacional (+2,96%), mas na mesma direção.

Idêntica situação foi observada no caso dos preços do grupo de Transportes. Enquanto os preços no DF caíram 1,57%, no primeiro semestre de 2013, em nível nacional aumentaram 1,18%. E em 12 meses, os preços do grupo de Transportes no DF (+2,63%) ficaram um pouco abaixo da variação dos preços em nível nacional (+2,84%). Assim, como esse grupo tem expressivo peso na estrutura de ponderação do índice no Distrito Federal (quase 24% do total), puxou também a queda do IPCA local, contrastando, portanto, com a média nacional. ■

Grupos/Subgrupos	IPCA-Brasília			IPCA-Brasil		
	Ponderação	Var % Acum até mar/13	Var % Acum mar/12-mar/13	Ponderação	Var % Acum até mar/13	Var % Acum mar/12-mar/13
1. Geral	100,00%	2,79%	6,47%	100,00%	3,15%	6,70%
2. Alimentação e bebidas	20,18%	7,62%	12,52%	22,09%	6,02%	12,80%
3. Habitação	14,00%	1,44%	3,91%	14,25%	-0,18%	2,96%
4. Vestuário	6,08%	-0,65%	4,47%	6,21%	2,18%	6,52%
5. Artigos de residência	5,98%	2,74%	6,05%	5,41%	3,04%	4,78%
6. Transportes	23,46%	-1,57%	2,63%	21,97%	1,18%	2,84%
7. Saúde e cuidados pessoais	9,71%	4,34%	6,61%	11,06%	4,36%	6,90%
8. Despesas pessoais	9,59%	3,72%	8,41%	9,22%	4,13%	8,69%
9. Educação	4,85%	6,23%	8,23%	4,22%	6,73%	7,82%
10. Comunicação	6,16%	0,79%	2,01%	5,57%	0,09%	0,92%

Fonte: IBGE, Codeplan - Elaboração DIEPS (<http://www.codeplan.df.gov.br/idecon.html>)

O poder transformador dos grandes eventos esportivos

(*) Cláudio Monteiro

Aos 53 anos, a capital brasileira, um museu a céu aberto das obras do gênio da arquitetura Oscar Niemeyer, ganhou seu mais novo monumento: o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha. Não se trata de um espaço dedicado apenas ao futebol. Trata-se de um verdadeiro templo das artes, uma arena multiuso voltada a todas as expressões artísticas, culturais e esportivas. Um monumento à sustentabilidade e ao desenvolvimento socioeconômico de nossa cidade, que vai estimular a visita de brasilienses e turistas de todo o país e do exterior.

Esse é o primeiro estádio do mundo a ser pensado e executado com todas as tecnologias necessárias à melhoria do meio ambiente. Desde o início do projeto, foram usados materiais reciclados ou recicláveis. Tudo o que saiu do antigo estádio foi reaproveitado na própria obra ou em cooperativas de reciclagem do Distrito Federal. A membrana do Mané Garrincha capta a poluição produzida por mil carros por dia, aumentando a qualidade do ar no coração da capital. O estádio produzirá a energia necessária ao seu próprio abastecimento e devolverá a produção excedente ao sistema de energia elétrica da cidade, o suficiente para abastecer 2 mil residências não populares por dia.

A água da chuva será captada e reaproveitada. Sete milhões de litros depositados em reservatórios e no lago externo serão reaproveitados na limpeza, nos banheiros e na irrigação do gramado. Da demanda total por água para manter o estádio, 80% vêm da reutilização das chuvas. O vento tem um elemento fundamental, que é criar um colchão permitindo que o ambiente sempre fique fresco nas arquibancadas, e excluindo a necessidade do uso de energia para ar condicionado.

Dessa forma, utilizando todos esses elementos da natureza de forma integrada, fizemos uma estrutura sustentável. E estamos perseguindo a certificação máxima para nossa arena, que é o selo *Leed Platinum*, o maior reconhecimento de que uma edificação é de fato sustentável. Um reconhecimento inédito para arenas esportivas.

Brasília, portanto, terá o melhor. Uma ecoarena multiuso de alto padrão, com capacidade para receber 72 mil expectadores, e espaços modulares para o funcionamento permanente de shopping, cinemas,



salas de exposição e de espetáculos, lanchonetes e restaurantes. Esse conceito é o adotado pelas mais importantes arenas do mundo, como o Santiago Bernabéu, estádio do Real Madri, que é rentável sete dias por semana. Chega a faturar 120 milhões de euros por ano, recebendo mais gente em dias sem jogo do que em dias de rodada do campeonato espanhol. Para isso, aluga salas de reuniões, promove tours diários para visitantes de todo o mundo e mantém restaurantes internacionais e uma estrutura de centro de negócios. O Santiago Bernabéu se tornou o terceiro ponto mais visitado de Madri, superando os museus Rainha Sofia e Prado.

Para inserir a capital no calendário de eventos e shows nacionais e internacionais, o Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha passará por uma licitação internacional e será administrada por uma empresa especializada em entretenimento, que pagará aluguel. Com isso, o Mané Garrincha manterá o setor de serviços (bares, restaurantes e hotéis, entre outros) aquecido e potencializará o desenvolvimento de Brasília em diversos segmentos.

Aos que consideram essa estrutura um exagero, respondo que estamos na capital do país, sede dos po-

deres Executivo, Legislativo e Judiciário brasileiros, e da maioria das representações diplomáticas. Somos Patrimônio Artístico e Cultural da Humanidade, temos a maior renda per capita e um dos maiores índices de desenvolvimento humano do Brasil. No entanto, ainda recebemos artistas nacionais e internacionais de forma improvisada, em um estacionamento sem a menor comodidade e sujeito a intempéries. Nossa cidade precisa de um lugar descecente para receber o público e os profissionais que aqui se apresentam. Esse espaço é o novo Mané Garrincha. Com ele, Brasília será inserida no circuito de grandes eventos internacionais, com total conforto e segurança. Entre eles, as Olimpíadas de 2016, que terá Brasília como subsede dos jogos por ter uma arena com 72 mil lugares.

Aqui não foi necessário fazer desapropriações para erguer a arena que sediou a abertura da Copa das Confederações 2013 e que receberá o número máximo de jogos, sete ao todo, da Copa do Mundo de 2014. Ela foi erguida em área que já tinha essa destinação desde a década de 1970, mas era subaproveitada por brasilienses e visitantes. O Governo do Distrito Federal está, portanto, revitalizando essa região central, em um raio de 3km a partir do estádio, que tem a singularidade da localização privilegiada, a apenas 850m dos setores hoteleiros, muito próximo da Rodoviária do Plano Piloto e a apenas 15 minutos do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek.

Estamos em contagem regressiva para receber milhares de turistas e torcedores apaixonados. A cidade precisa ter em pauta todo o potencial desses eventos de 2013 e 2014 para impulsionar nossa economia, deixando um legado social para a população, com geração de emprego e distribuição de renda em diversos segmentos. Trata-se de oportunidade única, que representa mais investimentos em obras de infraestrutura, qualificação profissional e desenvolvimento da economia em curto prazo.

O esporte e a arte movem a roda da economia. Só por sermos cidade-sede desses torneios garantimos R\$ 4 bilhões em investimentos do governo federal

para mobilidade urbana, urbanização e infraestrutura, o que comprova o poder transformador dessas competições. Cerca de US\$ 4 bilhões devem ser injetados em nossa economia pelo público que visitará a nossa capital durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.

Os preparativos da nossa cidade vão além da obra do estádio. Passam por grandes investimentos em in-



A membrana do Mané Garrincha capta a poluição produzida por mil carros por dia. A água

fraestrutura, como a recuperação de todo o sistema de abastecimento de energia do Distrito Federal, sucateado nos últimos anos, e a renovação de toda a frota de ônibus com a primeira licitação do Sistema Público de Transporte Coletivo na história da capital, que o governo Agnelo teve a coragem de realizar.

Entre as obras em andamento, temos a readequação da via que liga o aeroporto ao centro da capital, a

DF-047. Ela contará com via exclusiva para ônibus de passageiros, turistas e delegações durante o Mundial de 2014. Será um dos grandes benefícios que ficarão para o nosso povo. Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, temos a expansão e a modernização do metrô, a construção do túnel de Taguatinga, a construção de 6km de ciclovias em várias cidades e o Expresso DF-Sul, que ligará as cidades do Gama e de Santa Maria ao

cos e nos centros móveis de Atendimento ao Turista (CATs), pois Brasília já conta com sete CATs fixos. As reformas de acessibilidade também começaram a ser executadas, como a da Torre de TV e do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, que neste ano funcionará como sede operacional da FIFA e do Comitê Organizador Local (COL) e em 2014, como Centro de Mídia para jornalistas de todo o mundo.



da chuva será captada e reaproveitada na limpeza, nos banheiros e na irrigação do gramado.

Plano Piloto e será outro grande legado das competições. Todos esses são investimentos fundamentais ao Distrito Federal, que o governo pôde tocar com total celeridade graças à realização dos eventos da FIFA em nossa cidade.

O Governo do Distrito Federal está investindo cerca de R\$ 4 milhões em sinalização turística (em três idiomas), na acessibilidade dos pontos turísti-

de todos os brasileiros, à posição de destaque que ela merece: um exemplo mundial de civilidade. ■

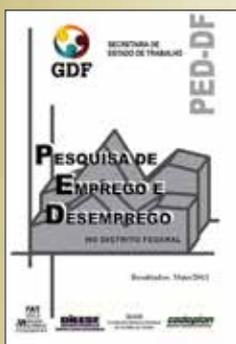
(*) Cláudio Monteiro é secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo 2014

www.copa2014.df.gov.br
imprensagdf.copa@gmail.com

Publicações Técnicas

Ao longo de quase cinco décadas a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) passou por transformações, mas manteve sua missão de produzir e disseminar informações em diferentes formatos. Agora coloca à disposição de seu público as publicações técnicas (online), recentes, resultado de estudos e pesquisas que traçam o perfil dos habitantes do Distrito Federal. Dessa forma oferece ao governo, aos acadêmicos e estudantes e à sociedade em geral reflexões para adoção de modernas gestões administrativas e de políticas públicas.

Site: www.codeplan.df.gov.br



Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal PED-DF

Apresentação mensal do índice de emprego e desemprego no Distrito Federal de junho de 2013.



Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal 1959-2010

Estudo feito em 2013, a partir de referências como os Censos Demográficos do IBGE e recortes de jornais de Série Histórica, publicada no ano do cinquentenário de Brasília e o livro 50 anos em 5, de Juscelino Kubitschek.

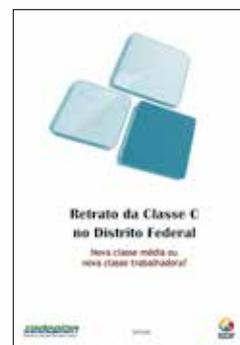
Manual de Elaboração de Projetos – Para capacitação de recursos e gestão de convênios, repasses e SICONV

Projetos de qualidade, transparentes, com menores custos e sem interferência de terceiros podem ser elaborados a partir deste guia. O trabalho é de março de 2013.



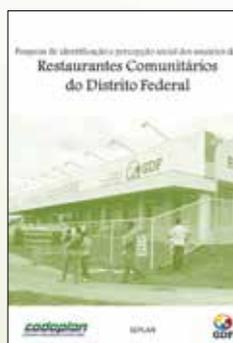
Retrato da Classe C no Distrito Federal – nova classe média ou nova classe trabalhadora?

Trata da constituição da Classe C no Distrito Federal entre 2001 e 2011, abordando dinâmica populacional, educação, trabalho, condições de domicílio e hábitos de consumo, segundo dados da PNAD/IBGE, e especificidades das regiões administrativas, segundo a PDAD/Codeplan.



Perfil das pessoas com deficiência no Distrito Federal

O relatório apresenta o perfil da população com deficiência no DF. Os objetivos da pesquisa, de maio deste ano, são promover a inclusão social destes e contribuir no aprimoramento de políticas públicas.



Pesquisa de identificação e percepção social dos usuários dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal

Traça o perfil dos usuários dos 13 restaurantes comunitários do Distrito Federal, bem como analisa a percepção social desses usuários sobre o serviço prestado em diversos aspectos.

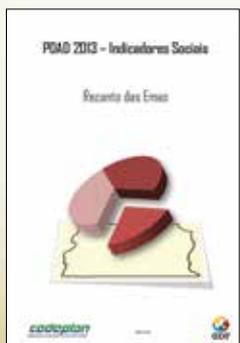
Perfil da Distribuição dos Postos de Trabalho no Distrito Federal: Concentração no Plano Piloto e Déficits nas Cidades-Dormitório

Baseado na PDAD-DF/2011, o estudo de abril de 2013 mostra as Regiões Administrativas que apresentaram saldos positivo e negativo, em termos de oferta de postos de trabalho.



Indicadores sociais – PDAD 2013 Recanto das Emas e Samambaia

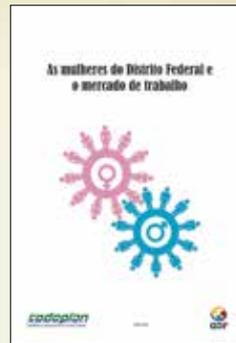
Aborda aspectos sociais dos dados coletados pela PDAD/Codeplan para a região administrativa do Recanto das Emas, como educação, saúde, mercado de trabalho e previdência entre famílias de baixa renda, além de trabalhar indicadores sobre questões de gênero, jovens, idosos e pessoas com deficiência.





Tamanho das Torcidas dos Principais Clubes do Futebol Brasileiro no Distrito Federal

A preferência populacional de Brasília em relação aos clubes de futebol. Os resultados são parciais, de acordo com dados da PDAD-DF/2013.



As mulheres do Distrito Federal e o mercado de trabalho

Apresenta informações sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho no DF, e a evolução da taxa de ocupação e da remuneração de mulheres e homens, de 2001 a 2011, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Elaborado a partir dos dados da PDAD/Codeplan.

Situação do Trabalho Infantil no Distrito Federal

Informações disponíveis sobre o problema do trabalho infantil no Distrito Federal, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise do trabalho infantil compreendida aqui abarca estatísticas relacionadas a crianças e adolescentes em situação economicamente ativa, entre ocupados e em busca de ocupação



Produto Interno Bruto do Distrito Federal 2010 - PIB-DF

Apresentação de informações sobre a evolução do Produto Interno Bruto do Distrito Federal



Perfil e Perspectivas do Setor Financeiro em Brasília - Contribuição para o debate sobre a necessária diversificação da estrutura produtiva do DF

Trabalho de julho deste ano expõe e analisa a situação do setor financeiro em Brasília, indicando os principais meios para o crescimento da área, visando à diversificação da estrutura produtiva do DF.

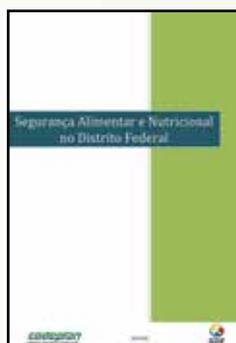


Diagnóstico Social do Distrito Federal - Pobreza, Educação e Saúde

Estudo sobre as três políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento social do Distrito Federal, inseridas no Plano Plurianual do Distrito Federal - 2015-2012.

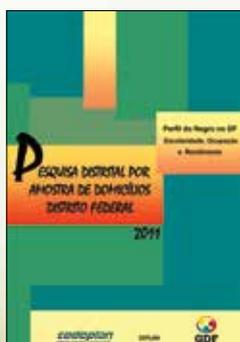
Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal

Avaliação governamental que visa o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional da população do Distrito Federal. Trabalho de outubro de 2012.



Retrato da Infância e da Adolescência no Distrito Federal

Prioridade na mobilização da sociedade e do poder público na negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e pressão à infância e adolescência.



Perfil do Negro no Distrito Federal

Reflexão sobre a condição dos negros comparados aos não negros no que se refere à escolaridade, ocupação e rendimento.



Perfil da População Idosa do Distrito Federal

Reflexão e subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa.

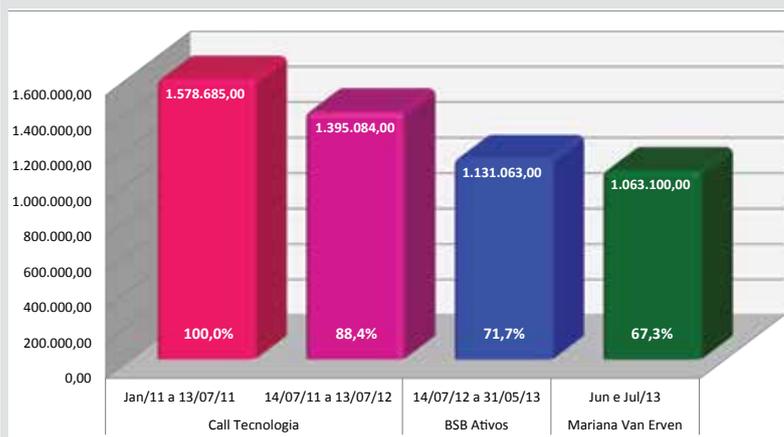
Transparência e economia dos recursos são requisitos obrigatórios na gestão de uma empresa pública

Nova licitação da Central Única de Atendimento Telefônico ao Cidadão do Distrito Federal (CIACI) foi concluída com sucesso

A Central Única de Atendimento Telefônico ao Cidadão do Distrito Federal (CIACI), serviço de call center do Governo do Distrito Federal e mais conhecido como “156”, é um serviço de utilidade pública do GDF que durante 29 anos, ou seja, desde 1984, vem sendo realizado pela Codeplan.

Os serviços prestados pelo CIACI são essenciais e de relevante interesse público. A importância dos citados serviços mostra-se evidente à medida que o não atendimento das demandas poderia resultar na não efetivação da matrícula de uma criança na rede pública de ensino, ou, ainda mais grave, no impedimento a um atendimento emergencial de UTI no sistema público de saúde do GDF. O amplo acesso da população brasiliense aos serviços da Central de Atendimento ao Cidadão é expresso nas 7,5 milhões de ligações recebidas nos últimos 30 meses, de janeiro de 2011 até junho de 2013, atingindo média de 250 mil ligações mensais.

A atual gestão ao assumir a Codeplan, em janeiro de 2011, encontrou em vigor um contrato com a empresa Call Tecnologia, vigente desde 2007. Em julho de 2012, com o vencimento deste contrato e a não conclusão do processo licitatório, foi firmado convênio com a BSB Ativos, subsidiária do BRB para a realização do serviço de call center, posteriormente substituído por um contrato emergencial, ainda com a BSB Ativos, que vigoraria até o término do processo licitatório.



A referida licitação, concluída em maio do corrente ano, teve aprovação unânime do TCDF. A partir de 1º de junho, a Central passou a ser operacionalizada pela vencedora do certame licitatório, a empresa Mariana Van Erven. A contratação da prestação de serviços de call center é o principal contrato da Codeplan, cujos valores despendidos com os serviços vem sendo crescentemente reduzidos, conforme mostra o gráfico.

Observa-se que o dispêndio mensal com o contrato fruto da nova licitação representa uma redução, em termos reais, da ordem de 32,7% em relação ao dispêndio médio do contrato com a antiga prestadora do serviço, com uma economia para os cofres do GDF superior a R\$ 500.000,00 mensais.

Atendendo também a determinação do TCDF, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, antes a cargo de um único empregado na função de executor, hoje são tarefas que passaram a ser responsabilidade de uma Comissão de Executores, ampliando a transparência e qualidade na execução de contratos, principalmente os mais complexos.

Contrato com a prestadora de serviços de telefonia teve redução de 33,14%

Outro destaque foi a renegociação concluída em julho de 2013, do contrato com a prestadora de serviços de telefonia Oi, que fornece feixes para funcionamento da Central de Atendimento Telefônico ao Cidadão do Distrito Federal (CIACI-156). A renovação do contrato em 2012 (13/7) foi firmada em R\$ 2.992.994,71, posteriormente aditivado para R\$ 3.269.104,77.

Na atual renovação do contrato, a empresa propôs reajuste, elevando-o para R\$ 3.379.896,12, valor considerado elevado pela atual gestão. Foram então abertas negociações com a prestadora de serviço para redução dos valores, adiantando que o contrato não seria renovado nas condições propostas e seria buscada uma outra alternativa.

Diante do exposto, a empresa prestadora do serviço apresentou nova proposta, no valor de R\$ 2.259.726,96, redução de 33,14% em relação à proposta inicial. Isso resultou em economia de R\$ 1.120.169,16 anuais para os cofres do Governo do Distrito Federal.

Vitória da Codeplan na Justiça

O Ministério Público do Trabalho ingressou, em 2005, com ação civil pública contra a Codeplan, na qual contestava as cessões dos empregados da Companhia a outros órgãos do GDF e as terceirizações perpetradas pela gestão da empresa à época, em particular, as contratações efetuadas por meio do Instituto Candango de Solidariedade (ICS).

As decisões de 1ª e 2ª instâncias julgaram que as cessões e as terceirizações praticadas foram irregulares, acarretando multa diária de R\$ 30.000,00 por empregado, o que resultou em dívida atualizada de aproximadamente R\$ 8 bilhões para a Codeplan. No entanto, após eficaz trabalho da Procuradoria Geral do DF em conjunto com a Asjur/Codeplan, foi ajuizada a Ação Rescisória nº 896-25.2012.5.10.0000, julgada procedente pelo TRT da 10ª Região, que decidiu pela incompetência absoluta da Justiça do Trabalho em julgar a matéria.

Dessa forma, a referida decisão, além de extinguir a maior dívida judicial da empresa, comprova a qualidade da parceria realizada com a PGDF e o compromisso de todos os setores da Codeplan, ante o processo de reestruturação da Companhia. ■

Regiões administrativas recebem visita do Sebrae no Distrito Federal

Por meio da Ação Sebrae Mais Perto de Você, colaboradores da instituição levantam demandas e ministram capacitações voltadas para os pequenos negócios

Assessoria de Imprensa

Com o objetivo de melhor atender os empreendedores locais, o Sebrae no DF deu início, no mês de abril, ao projeto de ação *Sebrae Mais Perto de Você* nas regiões administrativas. Até o fim do ano, a instituição levantará demandas dos empresários e levará conhecimento e inovação para quem tem ou pretende abrir uma empresa, ou ainda melhorar a gestão do seu negócio.

Planaltina, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Santa Maria, Varjão e Taguatinga foram as primeiras regiões a serem atendidas pela iniciativa que conta com o apoio do Governo do Distrito Federal. As próximas cidades contempladas serão Guará, Gama e Sobradinho. Os empresários interessados em participar devem entrar em contato com a Central de Atendimento.

A gerente da Unidade de Atendimento Individual do Sebrae no

DF, Lucimar Santos conta que as necessidades dos empresários são avaliadas durante um mês e, posteriormente, encaminhadas para as unidades do Sebrae correspondentes, para que possam participar dos projetos que a instituição oferece. “A ideia é que o atendimento seja continuado. Vamos mostrar que o Sebrae pode auxiliar a promover o desenvolvimento e sustentabilidade dos negócios”, afirma Lucimar.

Para atender o maior número possível de empreendedores, foram convocados os Agentes de Orientação Empresarial (AOE), que vão diagnosticar microempreendedores individuais e microempresas; Agentes Locais de Inovação (ALI), para propor ações de inovação em micro e pequenas empresas; e consultores que atuam no projeto Territórios da Cidadania, que tem como missão atender os pequenos negócios em regiões

de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Com as unidades móveis de atendimento, os empreendedores terão acesso às informações sobre gestão e abertura de empresa, por exemplo. “Por meio do projeto, *Sebrae Mais Perto de Você*, serão oferecidos cursos, palestras e oficinas em cada localidade. Essa ação acontecerá em parceria com todos os representantes comunitários como Associações Comerciais, Administrações Regionais e lideranças locais”, conclui Lucimar Santos. ■

Cidades a serem atendidas pelo Sebrae:

- Águas Claras
- Brazlândia
- Candangolândia
- Cruzeiro
- Estrutural
- Itapoã
- Paranoá
- Riacho Fundo
- Sudoeste
- Vicente Pires



Foto: Felipe Costa

Semana do Empreendedor em Itapoã

Informações:

www.df.sebrae.com.br

Central/Atendimento 0800 570 0800

Twitter: @sebraenodf

Facebook: Sebrae no DF

RP1 Comunicação Brasília
Tel. 61 3328-5687 / 3328-0665
www.rp1.com.br

DF à frente no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Proporção de moradores vivendo em situação de pobreza cai de 4,7% para 1,6% em dez anos no Distrito Federal

(*) Mariana Mainenti



O Distrito Federal caminha para a rápida erradicação da miséria. Em 2000, os moradores de 4,7% dos domicílios do DF viviam em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Segundo o Censo Demográfico realizado em 2010, essa proporção já caiu para 1,6% das residências.

Reduzir pela metade a população vivendo em extrema pobreza é a primeira meta entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM),

estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o período que compreende de 1990 a 2015.

“Os bons resultados na erradicação da pobreza são decorrentes da implantação de programas de transferência de renda e combate à fome no país”, analisou o diretor de Estudos e Políticas Sociais (Dipos) da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), Osvaldo Russo.

Com o desenvolvimento do Observatório ODM-DF, que pode ser acessado pelo site www.codeplan.df.gov.br, a companhia desempenha hoje papel determinante na avaliação e no monitoramento dos indicadores sociais do Distrito Federal.

“Ao realizar o trabalho de observação do cumprimento pelo GDF das metas estabelecidas pela ONU, a Codeplan coloca toda a sua capacidade técnica à disposição da sociedade”,

ressaltou o presidente da companhia, Júlio Miragaya.

Prêmio ODM

Durante a cerimônia de lançamento da 5ª Edição do Prêmio ODM Brasil, realizada em 29 de maio último no Palácio do Buriti, o Governador Agnelo Queiroz destacou que, ao desenvolver o Observatório ODM-DF, a Codeplan vai além do cumprimento de sua missão institucional, de produzir e divulgar informações importantes para a sociedade e auxiliar o governo na formulação de políticas públicas. “Com esse trabalho, a Codeplan ajuda o Distrito Federal a dar passos à frente, na direção de um mundo melhor”, afirmou.

O Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gilberto Carvalho, elogiou o Governo do Distrito Federal no avanço observado nos indicadores sociais. “Lanço agora um



desafio: o GDF tem todas as condições de ser a primeira unidade da federação a cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, afirmou.

Indicadores

Conforme verificaram os especialistas em políticas sociais da Codeplan a partir do Observatório ODM-DF, os dados do Distrito Federal também são extremamente favoráveis no que se refere à erradicação da fome. Apenas 0,1% das crianças de menos de 2 anos atendidas pelo Programa Saúde da Família estavam desnutridas em 2012. Em 2000, essa proporção era de 4,4%.

“A partir de 2011, com a implantação pelo Governo do Distrito Federal do *Plano DF Sem Miséria*, a redução da pobreza e a abolição da extrema pobreza e da fome são um fato”, constatou Russo.

O diretor da Codeplan destacou que houve avanços significativos também em relação à educação, tema do segundo objetivo do milênio. Em 1991, 14,9% das pessoas de 18 anos tinham concluído o ensino médio. Em 2010, essa proporção chegou a 38,7%. A taxa de frequência escolar aumentou em todos os níveis, principalmente, entre crianças de 4 e 5 anos, cuja frequência passou de 54,6% em 2000 para 84,9% em 2010. A taxa de alfabetização entre pessoas de 15 a 24 anos era de 99,2% em 2010, excelente índice, que demonstra analfabetismo inferior a 1%.

Os indicadores apontam ainda que as desigualdades entre os sexos estão sendo combatidas. A ocupação de mulheres subiu 10 pontos percentuais entre 2000 e 2010, chegando a 89,7%, com uma diferença de 4% em relação aos homens. Em 2000, essa diferença era de 7%.

A gerente de Estudos e Análises Transversais da Codeplan, Jamila Zgiet, ressaltou o bom desempenho do DF na redução da mortalidade materno-infantil, especialmente, com o aumento do número de consultas de pré-natal. “No Distrito Federal, em 2000, 41% das gestantes realizavam sete ou mais consultas durante a gravidez. Em 2010, esse número chegou a 68,6%”, afirmou.

Com isso, apontou a especialista, a mortalidade infantil caiu, chegando a 12,6 óbitos por mil nascidos vivos em 2010. Em 2000, esse número era de 14,4. A mortalidade de crianças com menos de 5 anos caiu de 17 para 14,2 óbitos por mil nascidos vivos no mesmo período.

Os bons índices são resultado do investimento realizado nas políticas públicas voltadas ao cumprimento das metas do milênio. No Plano Plurianual 2012-2015, o Governo do Distrito Federal priorizou os programas e projetos relacionados a esta finalidade, alocando R\$ 7,6 bilhões no orçamento.

Coordenador do Núcleo ODM-DF, Ulisses Riedel afirmou que será possível resolver a chaga histórica da miséria e da pobreza no DF. “Quando vemos o Estado e a sociedade civil no mesmo propósito, podemos concluir que vamos conseguir”, apontou.

O representante do Programa das Nações Unidas (PNUD) para o Brasil, Jorge Chediek, disse que o país tem sido exemplo mundial de boas práticas em políticas públicas na área social. “Faltam menos de 1 mil dias para a data limite para o cumprimento dos ODM. Acredito que, quando chegarmos a dezembro de 2015, o Brasil poderá não apenas comemorar ter cumprido as metas como terá muitas contribuições a fazer à agenda mundial de desenvolvimento”, previu. ■

Os bons índices (de políticas públicas) são resultado do investimento realizado nas políticas públicas voltadas ao cumprimento das metas do milênio. No Plano Plurianual 2012-2015, o GDF priorizou os programas e projetos relacionados a esta finalidade, alocando R\$ 7,6 bilhões.

Ações do GDF contra pobreza extrema são avaliadas em audiência pública

As ações do Programa DF Sem Miséria, lançado pelo governo do Distrito Federal em julho de 2011, foram discutidas em audiência pública realizada no plenário da Câmara Legislativa, em 13 de maio último. Representantes do GDF e da sociedade civil avaliaram positivamente os resultados da política pública que pretende acabar, em conjunto com programas sociais do governo federal, com a extrema pobreza no DF até o final de 2014.

O presidente da Companhia de Planejamento do DF (Codeplan), Júlio Miragaya, afirmou que o Distrito Federal tem um desafio muito grande, já que é a unidade da federação com maior índice de desigualdade social. “Precisamos diversificar nossa estrutura produtiva, se queremos erradicar a pobreza. Há uma necessidade de criar oportunidades de emprego para as massas migratórias que ainda chegam ao DF e para acompanhar nosso crescimento vegetativo”, observou.

O secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, Daniel Seidel, informou que existem 139 mil pessoas pobres e 48 mil extremamente pobres no DF. “O diferencial deste governo foi romper com a lógica de beneficiar redutos eleitorais e começar a utilizar informações científicas para identificar os territórios que mais precisam de atuação governamental, como Sol Nascente, Itapoã e Estrutural”, argumentou Seidel.

Titular da secretaria durante o primeiro ano da gestão Agnelo Queiroz, a líder do Governo na Casa, deputada Arlete Sampaio, observou que naquela época a pasta não tinha dados confiáveis sobre os beneficiários de programas sociais. “Fizemos um esforço durante um ano para construir um cadastro único e conseguimos incluir 25 mil famílias que nunca haviam recebido qualquer auxílio governamental”, afirmou a parlamentar.

Texto: MM, com informações de Bruno Sodré, jornalista da Coordenadoria de Comunicação Social da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Quem somos, quantos e como vivemos

Nos últimos nove anos, a Codeplan já realizou duas pesquisas por amostra de domicílios e no momento realiza a terceira, que amplia ainda mais o perfil do morador do DF

Valda Queiroz

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) traz na versão de 2013 uma grande novidade, em relação às pesquisas realizadas em 2004 e 2011. Segundo a economista Iraci Peixoto, “O fato de a população do Distrito Federal ser formada por imigrantes, com sua própria cultura, oriundos de vários estados do país, levou a Codeplan a incluir no questionário da PDAD perguntas sobre preferência por gênero musical e time de futebol, além da frequência a cinema, a shows de música, ao teatro e hábitos de leitura”. Apesar de se constatar que há poucas salas de cinema, livrarias e teatro próximos às RAs pesquisadas, em torno de 20 a 30% dos habitantes têm hábitos de ler e ir ao cinema.

Outro item acrescentado foi referente à segurança. A pesquisa apurou se o cidadão sofreu algum tipo de violência nas proximidades do domicílio ou na própria cidade. “Como a pesquisa é realizada a cada dois anos, queremos incluir ainda na próxima blocos sociais sobre crianças, jovens, destacando setores como comunicação e saúde por exemplo, dados que vão contribuir para aprofundar estudos relativos a estes temas, que a Companhia já vem realizando”, acrescenta Iraci.

Para o presidente da Codeplan, Júlio Miragaya, “a PDAD trata de um rico manancial de informações de natureza socioeconômica sobre as famílias residentes no Distrito Federal de enorme importância para o planejamento governamental, empresarial, para a elaboração de estudos acadêmicos, enfim, para melhor conhecimento das

características e do perfil da população do Distrito Federal e da realidade econômica e social do território”.

Similar à Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a PDAD adota a mesma metodologia da PDAD/2004, mantendo nas duas pesquisas subsequentes a homogeneidade e a comparabilidade dos dados levantados.

“A amostra cobre 25 mil domicílios em 31 regiões administrativas e tem previsão de ser finalizada até o final do ano” afirma Iraci Peixoto. Com quase 40 anos de dedicação exclusiva às pesquisas da Companhia, a economista já coordenou no passado as pesquisas sobre transporte, orçamento familiar, emprego e desemprego, além de pesquisas setoriais.

A PDAD envolve 25 agentes de coleta (em campo) e três supervisores, três checadores, além de equipe interna com 26 empregados. ■



Recanto das Emas



Samambaia



Brazlândia



Gama



Fotos: Ana Lúcia Soares

Melhores indicadores no Riacho Fundo

A RA apresenta maior percentual de renda, pessoas com curso superior completo, menores taxas de analfabetismo e de violência urbana, em relação às outras cidades.

Entre as nove primeiras regiões administrativas pesquisadas, Riacho Fundo se destaca com os melhores indicadores. A renda domiciliar bruta mensal e a renda per capita da RA são superiores às das outras cidades, além de apresentar maior percentual de pessoas com curso superior completo, menores taxas de analfabetismo e de violência urbana. Proporcionalmente em relação às outras RAs pesquisadas, Riacho Fundo conta com uma população menor: de 37.278 habitantes.

Em contrapartida, a renda domiciliar média mensal do Varjão é a menor entre as nove RAs pesquisadas (R\$ 1.850,84), e a renda per capita de R\$ 495,88 chega a 73% do salário mínimo. A maioria (51,01%) dos habitantes não concluiu o ensino fundamental e apenas 12%, o ensino médio completo. Não contam com nenhum hospital ou posto de saúde. Mas os índices de violência são os menores registrados entre as RAs.

As nove RAs pesquisadas, conforme dados apurados pela PDAD, apresentam disparidades e semelhanças. Samambaia, por exemplo, embora nem seja uma RA tão antiga, tem

uma população de 220.806, superior a Planaltina (180.848) e Brazlândia (50.728), criadas antes da inauguração da capital. Recanto das Emas têm 133.527 habitantes, Gama, 133.287, Santa Maria, 122.117, Riacho Fundo, 37.278, Riacho Fundo II, 39.093 e Varjão, 9.254.

Em relação ao crescimento populacional, cinco das nove cidades pesquisadas aparecem com taxas superiores à do DF, 2,28%: Planaltina (5,72%), Samambaia (4,60%), Recanto das Emas (3,50%), Riacho Fundo (2,81%), Riacho Fundo II (2,70%). As menores taxas estão em Brazlândia (1,32%), Santa Maria (1,11%), Gama (2,25%) e Varjão (1,28%). Outro dado significativo: quase 70% dos domicílios são próprios, entre as RAs pesquisadas, Planaltina se destaca com 91,69%. Os idosos no Gama são 19,11% do total da população, enquanto nas outras cidades variam entre 7 e 11%, e no Varjão, 4,93%.

Embora as duas cidades mais antigas, Brazlândia e Gama, terem maiores taxas de moradores naturais do DF, 56,41% e 55,83%, as outras RAs não ficam muito atrás, com mais da metade da população nascida aqui. Entre os imigrantes, a maioria veio da Região Nordeste e dos estados de Minas Gerais e Goiás. No Varjão, 37,97% vieram da Bahia. O número de pessoas que trabalham nas próprias RAs pesquisadas varia de 20% a 52%, e os que possuem automóveis são representativos: Recanto das Emas, 51,20%; Samambaia, 55,19%; Brazlândia, 51,11%; Gama, 62,96%; Santa Maria, 53,22%; Planaltina, 51,51%; Riacho Fundo, 67,13%; Riacho Fundo II, 56,10% e Varjão 37,61%. ■

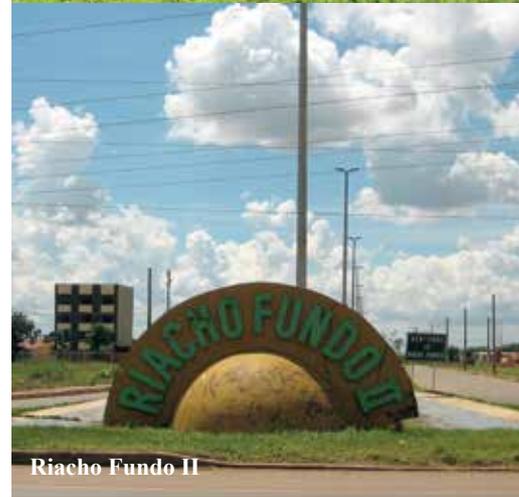
www.codeplan.df.gov.br/pesquisassocioeconomicas



Santa Maria



Planaltina



Riacho Fundo II



Varjão



Riacho Fundo

Codeplan e Sepir na luta contra práticas discriminatórias

Inaugurado em março de 2013, o Disque Racismo, telefone 156 opção 7, recebeu 4.295 ligações até o fim de junho

(*) **Eliane Menezes**

Iniciativa pioneira no país para o enfrentamento aos crimes discriminatórios, o Disque Racismo é o mais novo serviço prestado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) ao Governo e à população do Distrito Federal. Por meio da Central Única de Atendimento ao Cidadão (telefone 156 – opção 7), operada pela Codeplan, foram recebidas, até o fim de maio, 3.281 ligações que resultaram em denúncias encaminhadas à Secretaria da Promoção da Igualdade Racial (Sepir).

O Disque Racismo acolhe denúncias de práticas discriminatórias contra as populações negra, indígena, cigana e quilombola no DF, além de queixas de intolerância religiosa. Segundo o inciso XLII do artigo 5º da Constituição Federal, a prática do racismo é crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.

Com o registro pelo número 156 Opção 7 ou pelo e-mail ouvidoriara-

cial.sepir@buriti.df.gov.br, a pessoa, vítima de discriminação racial, tem acesso a orientação jurídica e psicológica, serviço oferecido pela Sepir por meio de parcerias com a Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB/DF) e a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Na cerimônia de lançamento do serviço, em março último, o Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, afirmou que na capital do país, que representa a diversidade brasileira, não se pode admitir qualquer tipo de discriminação racial e intolerância religiosa.

O presidente da Codeplan, Júlio Miragaya, destacou a importância do Disque Racismo para a sociedade do Distrito Federal. “É com muita satisfação que a Codeplan se coloca como parceira da Sepir nesta iniciativa. O Disque Racismo é mais um canal disponibilizado pela Codeplan, com equipe treinada de atendimento ao cidadão”, disse.

Segundo o estudo *Perfil do Negro no Distrito Federal*, elaborado pela Codeplan, a partir das informações coletadas pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/DF 2011, lançado em novembro do ano passado, os negros constituem a maioria da população do Distrito Federal (53,4%). Desse contingente, fazem parte os que se declararam pretos, pardos e mulatos. Os não negros representam 46,0%, enquanto os indígenas e amarelos, cerca de 0,5%.

Na pesquisa, foi constatada enorme desigualdade racial no DF: nas regiões de rendas mais altas, como o Lago Sul e o Lago Norte, 80% da população é formada por brancos, enquanto nas regiões de menor poder aquisitivo, como Estrutural, Varjão e Itapoã, de 71% a 76% dos moradores se declaram negros.

A economista da Codeplan Iraci Peixoto apontou que, na média do DF, o negro recebe em torno de



Disque racismo

38% a menos do que aquelas pessoas que se declararam não negras. “E, ainda, da população analfabeta no DF, 63% são constituídos por negros”, acrescentou.

Para o secretário da SEPIR-DF, Viridiano Custódio, com o serviço do Disque Racismo, o Governo do Distrito Federal, por meio desta Secretaria, cria condições de implantar e gerenciar políticas públicas referentes à igualdade racial, além de criar mecanismos de combate ao racismo institucional, possibilitando o acesso de negros e negras e comunidades tradicionais, como quilombos, índios e ciganos, a essas políticas.

O secretário alertou que, em qualquer circunstância, a discriminação racial precisa ser denunciada. “É preciso estar atento. Pode ocorrer no

local de trabalho, por parte de servidores públicos, na escola, no comércio e no lazer. A vítima do racismo ou da injúria racial tem o direito de denunciar qualquer forma de ultraje, constrangimento e humilhação.”

O vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/DF, Severino Cajazeiras, parabenizou o GDF pela iniciativa. “O governo que tem a coragem de criar uma secretaria para atender às demandas discriminatórias é um governo livre do câncer social”. Cajazeiras também elogiou a escolha para a função de ouvidora da Sepir de Jacira da Silva, que chamou de “guerreira dos movimentos sociais”.

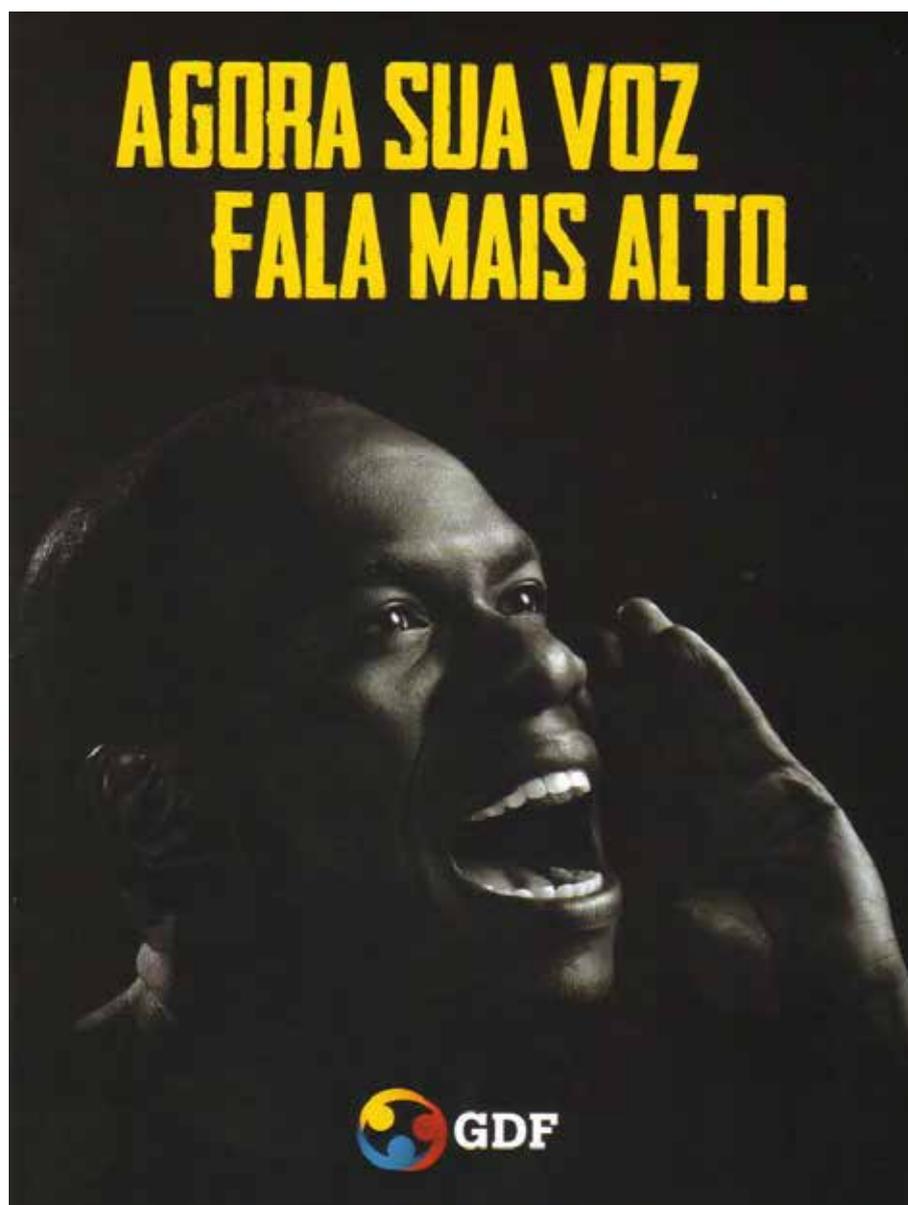
A cerimônia de lançamento do serviço também uniu líderes de diferentes religiões, como exemplo de

pacificação e respeito pela liberdade de culto. “Poder denunciar e ter os anseios atendidos é o que se espera do Disque Racismo”, afirmou Alexandre de Oxalá, conselheiro do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal.

Para Wilson Barbosa, secretário da aliança dos negros e negras evangélicos do Brasil, a comunidade precisa conhecer os seus direitos. “É uma apropriação de um direito. Agora, com este canal aberto, a comunidade passa ter a sua integridade garantida”, concluiu. ■

Serviço: 156 opção 7
ouvidoriaracial.sepir@buriti.df.gov.br

(*) Eliane Menezes é jornalista da Codeplan



A discriminação racial deve ser denunciada: “É preciso estar atento. Pode ocorrer no local de trabalho, por parte de servidores públicos, na escola, no comércio e no lazer. A vítima do racismo ou da injúria racial tem o direito de denunciar qualquer forma de ultraje, constrangimento e humilhação”, diz o secretário da SEPIR-DF, Viridiano Custódio

Codeplan começa a divulgar os resultados da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios – PMAD

Cristalina é primeira cidade contemplada

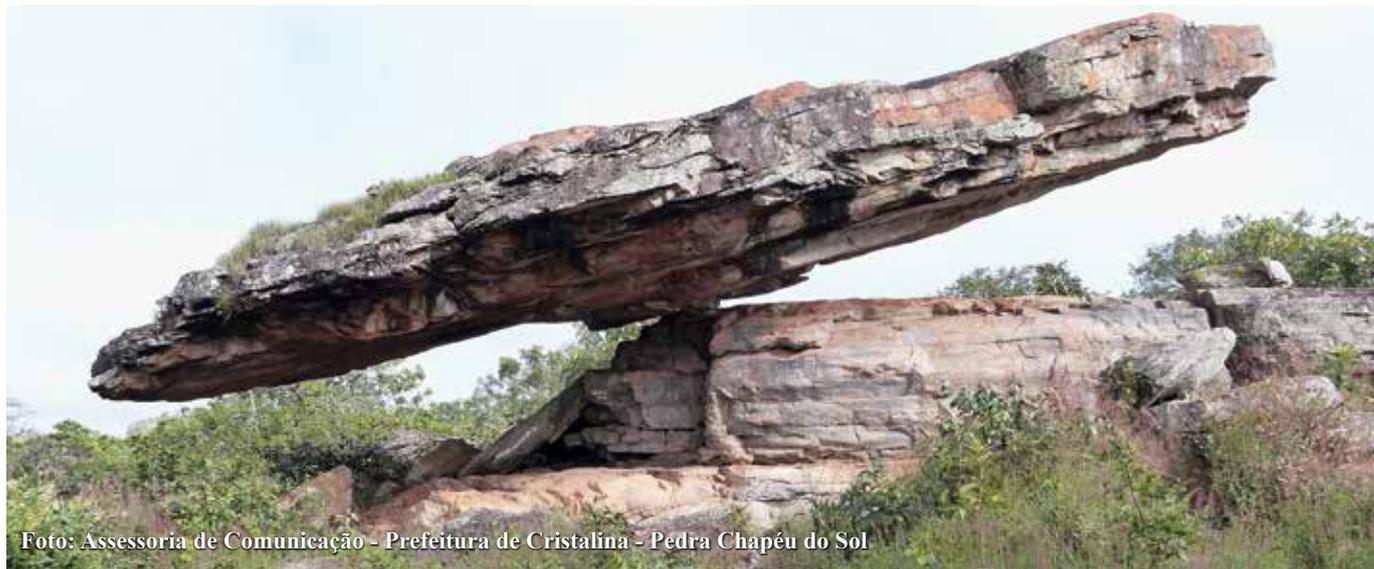


Foto: Assessoria de Comunicação - Prefeitura de Cristalina - Pedra Chapéu do Sol

A Codeplan começa a divulgar em breve os resultados da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD). Apresentará um retrato das características da população e dos domicílios de Cristalina.

A pesquisa acontece em outros 11 municípios da Área Metropolitana de Brasília (AMB): Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

A PMAD permitirá, por exemplo, que sejam melhor conhecidos os números de deslocamentos daquela região para o DF em busca de trabalho, educação, saúde, lazer e compras.

Já foram aplicados 6.800 questionários por uma equipe de 100 pesquisadores das próprias cidades, treinados pela Codeplan. Vinte empregados da Companhia estão diretamente envolvidos na pesquisa, que deverá ser finalizada até o final de 2013.

“Esse novo trabalho realizado pela Codeplan será fundamental para que o Distrito Federal e as ci-

dades vizinhas possam realizar, de forma integrada, um planejamento que propicie a melhoria das condições de vida da nossa população”, afirmou o presidente da Codeplan, Júlio Miragaya.

Para a economista da Companhia Iraci Peixoto, conhecer a realidade dos municípios da AMB num contexto de inter-relações de dependência com o DF é fundamental para o planejamento das ações a serem implementadas. “A partir da PMAD, será possível buscar o atendimento às necessidades da população não só por parte do Governo do Distrito Federal como pelo Estado de Goiás e o Governo Federal”, disse.

A realização da PMAD está sendo possível graças à assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre os governos das duas unidades da federação – DF e Goiás –, visando o planejamento integrado na realização de pesquisas socioeconômicas e apoio a projetos arquitetônicos e urbanísticos.

O acordo foi assinado em 20 novembro de 2012, durante a cerimônia de encerramento do seminário Pers-

pectivas para o Desenvolvimento da Área Metropolitana de Brasília, realizado pela Codeplan em parceria com a Casa Civil do Governo do Distrito Federal.

Na ocasião, o Governador do DF, Agnelo Queiroz, disse: somente com uma grande união seremos capazes de enfrentar os graves problemas da região. “Com a crença de que a única vocação do DF é o serviço público, já perdemos preciosos anos. Segundo dados da Codeplan, 48% dos postos de trabalho no DF estão centralizados no Plano Piloto”, lembrou.

O governador destacou ainda a importância do papel da Codeplan no fortalecimento das políticas públicas. “O desenvolvimento econômico precisa de inteligência, de estudo, de aprofundamento, com base científica, como a Codeplan vem promovendo, por meio de suas pesquisas. Nossa atuação deve ser colaborativa com o Entorno e não competitiva. Esse é um desafio grande que temos a enfrentar. A saída não pode ser individual”, defendeu. ■

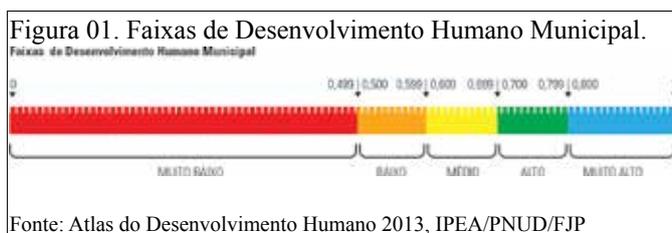
(Valda Queiroz, Eliane Menezes e Mariana Mainenti)

Evolução do IDH do Distrito Federal e dos municípios da AMB em comparação às demais Unidades da Federação e municípios do Brasil

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação João Pinheiro (FJP) divulgaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das unidades federativas e dos municípios do Brasil relativos aos anos censitários de 1991, 2000 e 2010. Com a divulgação desses dados, observa-se que o país evoluiu consideravelmente, ao longo das décadas de 1990 e de 2000, mas ainda de forma muito desigual entre suas Unidades da Federação com relação aos ganhos de qualidade de vida levados em consideração (longevidade, educação e renda).

O presente estudo elaborado pela Codeplan analisa a evolução do IDH no Distrito Federal comparativamente ao desempenho dos estados e dos municípios que formam a Área Metropolitana de Brasília (AMB). Revela que, mais uma vez, o Distrito Federal apresentou o melhor índice entre as 27 unidades federativas, tendo sido a única classificada como IDH muito alto. Mostra também que o componente que mais distancia o DF das demais Unidades da Federação é a renda, muito embora seja a que menos tenha impactado a elevação do IDH do DF desde 1991.

Em relação à comparação com os municípios da Área Metropolitana de Brasília, os números comprovam o enorme fosso que separa o DF desses municípios, particularmente em relação aos indicadores de renda e educação. Como aspecto positivo, contudo, deve-se destacar que quatro entre os doze municípios metropolitanos enquadram-se como de IDH alto, com os demais apresentando IDH médio, não havendo, portanto, nenhum município metropolitano classificado como de IDH baixo ou muito baixo. O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município.



1. Evolução do IDH no Distrito Federal comparado às demais Unidades da Federação

O IDH evoluiu de forma considerável no Brasil nos 19 anos transcorridos entre 1991 e 2010, avançando para o patamar de IDH alto (0,727). Comparativamente a 1991, quando era de 0,493, cresceu 0,234, ou seja, aumento de

47,5%. Por já ocupar em 1991 a condição de IDH mais elevado do país, o índice no DF evoluiu de forma mais comedida, tendo avançado 0,208, passando de 0,616 para 0,824 no período, com variação de 33,8%.

Considerando o IDH com base na renda, o índice no Brasil passou de 0,647 (médio), em 1991, para 0,739 (alto), em 2010, após ter atingido 0,692 (médio), em 2000. Assim, ao longo das duas décadas, houve um crescimento do IDH Renda de 14,2%, bem distribuídos, ou seja, 7,0% na primeira, e 6,8% na segunda década.

Em relação ao Distrito Federal, que é a unidade federativa de maior IDH Renda, este saltou de 0,762 em 1991 para 0,805 em 2000 e para 0,863 em 2010, crescimento de 13,3%, um pouco inferior à média nacional (Quadro 1).

Analisando-se o IDH segundo seus três componentes, observa-se que, em relação ao IDH com base na longevidade, em 19 anos, o Brasil teve considerável incremento (23,3%), passando de 0,662 (médio), em 1991, para 0,816 (muito alto), em 2010. Mas, se segmentarmos os dois períodos (1991 a 2000 e 2000 a 2010), verificamos que o crescimento no primeiro período foi mais fraco do que no segundo, tendo sido de 9,8%, ao passo que no segundo foi de 12,2%.

Quando se analisa o IDH Longevidade do DF, verifica-se que houve evolução de 19,4%, passando de 0,731 (alto), em 1991, para 0,873 (muito alto), em 2010, índices superiores, portanto, ao observado para o país. Também, o crescimento do IDH Longevidade do DF foi diferenciado nos períodos analisados. Enquanto no primeiro período (1991 a 2000) teve crescimento mais forte (11,3%), no segundo (2000 a 2010), o crescimento foi mais modesto (7,2%).

Já o IDH do Brasil com base na educação teve forte evolução ao longo das duas décadas (129,1%), devido ao fato de ser muito baixo em 1991 (0,278), tendo saltado para 0,637 (médio) em 2010, após ter alcançado 0,456 (muito baixo) em 2000. A evolução mais forte se deu no período de 1991 a 2000, com aumento de 64,0%, contra 39,7% observado no período de 2000 a 2010.

Quando detalhamos o componente do IDH educação, verifica-se que se destacam os fortes aumentos da frequência escolar das populações nas faixas de idade de 5 a 6 anos (37,3% para 91,1%) e de 18 a 20 anos (13,0% para 41,0%), como determinantes para esse salto no IDH, não obstante todos tenham evoluído satisfatoriamente, de 1991 a 2010.

Estudo técnico - IDHM

Quadro 1: Evolução do IDH no Brasil segundo as unidades da federação: 1991, 2000 e 2010

UF	IDH			IDH Renda			IDH Longevidade			IDH Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	0.493	0.612	0.727	0.647	0.692	0.739	0.662	0.727	0.816	0.279	0.456	0.637
Acre	0.402	0.517	0.663	0.574	0.612	0.671	0.645	0.694	0.777	0.176	0.325	0.559
Alagoas	0.370	0.471	0.631	0.527	0.574	0.641	0.552	0.647	0.755	0.174	0.282	0.520
Amapá	0.472	0.577	0.708	0.620	0.638	0.694	0.668	0.711	0.813	0.254	0.424	0.629
Amazonas	0.430	0.515	0.674	0.605	0.608	0.677	0.645	0.692	0.805	0.204	0.324	0.561
Bahia	0.386	0.512	0.660	0.543	0.594	0.663	0.582	0.680	0.783	0.182	0.332	0.555
Ceará	0.405	0.541	0.682	0.532	0.588	0.651	0.613	0.713	0.793	0.204	0.377	0.615
Distrito Federal	0.616	0.725	0.824	0.762	0.805	0.863	0.731	0.814	0.873	0.419	0.582	0.742
Espírito Santo	0.505	0.640	0.740	0.619	0.687	0.743	0.686	0.777	0.835	0.304	0.491	0.653
Goiás	0.487	0.615	0.735	0.633	0.686	0.742	0.668	0.773	0.827	0.273	0.439	0.646
Maranhão	0.357	0.476	0.639	0.478	0.531	0.612	0.551	0.649	0.757	0.173	0.312	0.562
Mato Grosso	0.449	0.601	0.725	0.627	0.689	0.732	0.654	0.740	0.821	0.221	0.426	0.635
Mato Grosso do Sul	0.488	0.613	0.729	0.641	0.687	0.740	0.699	0.752	0.833	0.259	0.445	0.629
Minas Gerais	0.478	0.624	0.731	0.618	0.680	0.730	0.689	0.759	0.838	0.257	0.470	0.638
Pará	0.413	0.518	0.646	0.567	0.601	0.646	0.640	0.725	0.789	0.194	0.319	0.528
Paraíba	0.382	0.506	0.658	0.515	0.582	0.656	0.565	0.672	0.783	0.191	0.331	0.555
Paraná	0.507	0.650	0.749	0.644	0.704	0.757	0.679	0.747	0.830	0.298	0.522	0.668
Pernambuco	0.440	0.544	0.673	0.569	0.615	0.673	0.617	0.705	0.789	0.242	0.372	0.574
Piauí	0.362	0.484	0.646	0.488	0.556	0.635	0.595	0.676	0.777	0.164	0.301	0.547
Rio de Janeiro	0.573	0.664	0.761	0.696	0.745	0.782	0.690	0.740	0.835	0.392	0.530	0.675
Rio Grande do Norte	0.428	0.552	0.684	0.547	0.608	0.678	0.591	0.700	0.792	0.242	0.396	0.597
Rio Grande do Sul	0.542	0.664	0.746	0.667	0.720	0.769	0.729	0.804	0.840	0.328	0.505	0.642
Rondônia	0.407	0.537	0.690	0.585	0.654	0.712	0.635	0.688	0.800	0.181	0.345	0.577
Roraima	0.459	0.598	0.707	0.643	0.652	0.695	0.628	0.717	0.809	0.240	0.457	0.628
Santa Catarina	0.543	0.674	0.774	0.648	0.717	0.773	0.753	0.812	0.860	0.329	0.526	0.697
São Paulo	0.578	0.702	0.783	0.729	0.756	0.789	0.730	0.786	0.845	0.363	0.581	0.719
Sergipe	0.408	0.518	0.665	0.552	0.596	0.672	0.581	0.678	0.781	0.211	0.343	0.560
Tocantins	0.369	0.525	0.699	0.549	0.605	0.690	0.589	0.688	0.793	0.155	0.348	0.624

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, IPEA/PNUD/FJP

Elaboração: Codeplan

Já o IDH do DF Educação não teve forte mudança, como houve no país, em razão de ter partido de nível bem mais alto que o do Brasil. De 1991 a 2010, o IDH variou 77,1%, passando de 0,419 (muito baixo), para 0,742 (alto), após ter atingido 0,582, em 2000. A evolução mais forte se deu no período de 1991 a 2000, com aumento de 38,9%, contra 27,5% observado no período de 2000 a 2010.

A análise do IDH, sob todos os prismas, indica a posição de destaque do Distrito Federal, que apresenta os melhores índices do Brasil em relação ao IDH Renda, ao IDH Longevidade e também ao IDH Educação. O Quadro 2 compara os resultados do DF aos de São Paulo e de Santa Catarina, que são os estados com os índices mais próximos e com melhores resultados do Brasil, abaixo do Distrito Federal.

Quando os dados do DF são comparados com Goiás, verifica-se que a diferença é ainda maior, muito embora tenha sido bastante expressiva a evolução dos índices no estado vizinho, com o IDH tendo avançado 50,9% entre 1991 e 2010.

2. Evolução do IDH no Distrito Federal comparado aos demais municípios da AMB

Com relação à evolução do IDHM, considerando somente a Área Metropolitana de Brasília (AMB), deve ser ressaltado que houve acompanhamento da tendência de evolução positiva do IDHM, conforme o observado nos

estados e no Brasil. Os municípios que compõem a AMB, exclusive o DF, apresentaram variadas taxas de crescimento do índice, oscilando entre 33,3% (Cidade Ocidental) e 88,2% (Padre Bernardo), situando-se, em geral, acima das variações observadas na média nacional (47,5%) e na média do Estado de Goiás (50,9%).

Quadro 2: Evolução do IDH segundo unidades da federação selecionadas: 1991, 2000 e 2010

UF	1991	2000	2010
IDH			
DF	0.616	0.725	0.824
SP	0.578	0.702	0.783
SC	0.543	0.674	0.774
GO	0.487	0.615	0.735
IDH Renda			
DF	0.762	0.805	0.863
SP	0.729	0.756	0.789
SC	0.648	0.717	0.773
GO	0.633	0.686	0.742
IDH Longevidade			
DF	0.732	0.814	0.873
SP	0.730	0.786	0.845
SC	0.753	0.812	0.860
GO	0.668	0.773	0.827
IDH Educação			
DF	0.419	0.582	0.742
SP	0.363	0.581	0.719
SC	0.329	0.526	0.697
GO	0.273	0.439	0.646

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, IPEA/PNUD/FJP

Elaboração: Codeplan

Estudo técnico - IDHM

Ainda com destaque na variação, aparecem os municípios de Cocalzinho de Goiás (81,0%), Alexânia (80,4%), Águas Lindas de Goiás (77,3%), Planaltina (74,2%), Luziânia (63,0%), Santo Antônio do Descoberto (62,6%), Formosa (54,4%) e Novo Gama (51,7%), todos evoluindo acima da variação média do Estado de Goiás. Apenas Cristalina (47,5%), Valparaíso de Goiás (40,5%), além de Cidade Ocidental evoluíram em ritmo abaixo do estadual.

Ressalte-se o fato de que em 1991 havia 10 municípios apresentando um IDHM abaixo de 0,499, considerado muito baixo. Já em 2010, não há nenhum município nesta condição, sendo que oito municípios da AMB apresentam seus IDHM em nível médio, e quatro possuem nível alto: Valparaíso de Goiás, Formosa, Cidade Ocidental e Luziânia (Quadro 3).

Quadro 3: Evolução do IDHM na AMB: 1991, 2000 e 2010

Ranking em relação ao Brasil (2010)	Municípios da AMB	Ranking em relação ao Brasil (2010)*	Ranking em relação a Goiás (2010)**	IDHM		
				1991	2000	2010
01	Distrito Federal	9 ^a	-	0,616	0,725	0,824
02	Valparaíso de GO	628 ^a	10 ^a	0,531	0,632	0,746
03	Formosa	667 ^a	13 ^a	0,482	0,598	0,744
04	Cidade Ocidental	1398 ^a	64 ^a	0,538	0,638	0,717
05	Luziânia	1866 ^a	104 ^a	0,430	0,550	0,701
06	Cristalina	1934 ^a	115 ^a	0,474	0,578	0,699
07	Águas Lindas de GO	2282 ^a	159 ^a	0,387	0,497	0,686
08	Novo Gama	2332 ^a	167 ^a	0,451	0,546	0,684
09	Alexânia	2386 ^a	176 ^a	0,378	0,520	0,682
10	Planaltina	2691 ^a	196 ^a	0,384	0,508	0,669
11	Sto Antônio do Descoberto	2776 ^a	200 ^a	0,409	0,526	0,665
12	Cocalzinho de GO	2964 ^a	214 ^a	0,363	0,506	0,657
13	Padre Bernardo	3090 ^a	224 ^a	0,346	0,484	0,651

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, IPEA/PNUD/FJP
Elaboração: Codeplan

Comparando os municípios da AMB com os demais municípios do Brasil e de Goiás, observa-se que o município melhor qualificado, em termos de IDHM é o município de Valparaíso de Goiás, estando respectivamente em 10^o e 628^o lugar, com IDHM de 0,746, seguido de Formosa (0,744), em 13^o e 667^o, de Cidade Ocidental (0,717), 64^o e 1.398^o e de Luziânia (0,717), em 104^a e 1.866^a posição. Deve-se destacar que Cristalina (0,699) está muito próximo de alcançar a condição de IDHM alto.

Há, entretanto, municípios que se encontram entre os 50 piores do estado de Goiás (246 municípios no total), em termos de IDHM. Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Cocalzinho de Goiás e Padre Bernardo merecem maior atenção das políticas públicas estaduais, em virtude de se encontrarem respectivamente em 196^o, 200^o, 214^o e 224^o lugares no ranking estadual.

A evolução do IDHM foi capitaneada principalmente pela melhora no IDHM Educação (Quadro 4). Houve uma evolução de surpreendentes 280,5%, na média dos municípios, exclusive Brasília, com relação a 1991. Merece destaque pela sua evolução, de 1991 a 2010, o município de Padre Bernardo, com um crescimento de 422,6% muito embora seja o Município que apresente o menor IDHM de toda a AMB. Ainda em termos de IDHM Edu-

cação, outras variações relevantes são apresentadas por Águas Lindas de Goiás (360,0%), Cocalzinho de Goiás (358,0%) e Planaltina de Goiás (321,2%).

Quadro 4: Evolução do IDHM Educação na AMB: 1991, 2000 e 2010

Ranking em relação ao Brasil (2010)	Municípios da AMB	IDH Educação		
		1991	2000	2010
01	Distrito Federal	0,419	0,582	0,742
02	Valparaíso de Goiás	0,331	0,474	0,695
03	Formosa	0,259	0,422	0,666
04	Cidade Ocidental	0,338	0,486	0,641
05	Luziânia	0,195	0,334	0,602
06	Águas Lindas de Goiás	0,145	0,277	0,588
07	Cristalina	0,260	0,380	0,587
08	Alexânia	0,158	0,318	0,568
09	Novo Gama	0,235	0,357	0,567
10	Planaltina	0,156	0,286	0,566
11	Sto Antônio do Descoberto	0,183	0,334	0,556
12	Cocalzinho de Goiás	0,138	0,310	0,531
13	Padre Bernardo	0,124	0,261	0,515

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, IPEA/PNUD/FJP
Elaboração: Codeplan

Já considerando o IDHM Longevidade, a maior evolução de 1991 a 2010 foi apresentada por Cocalzinho de Goiás, passando de 0,632 para 0,826 ou 30,7%, seguido de Alexânia, que passou de 0,632 para 0,826, ou 29,98% (Quadro 5).

Quadro 5: Evolução do IDHM Longevidade na AMB: 1991, 2000 e 2010

Ranking em relação ao Brasil (2010)	Municípios da AMB	IDH Longevidade		
		1991	2000	2010
01	Distrito Federal	0,731	0,814	0,873
02	Formosa	0,684	0,776	0,852
03	Novo Gama	0,661	0,735	0,851
04	Águas Lindas de Goiás	0,667	0,762	0,848
05	Alexânia	0,647	0,735	0,841
06	Luziânia	0,665	0,779	0,831
07	Cocalzinho de Goiás	0,632	0,735	0,826
08	Sto Antônio do Descoberto	0,669	0,755	0,818
09	Valparaíso de Goiás	0,687	0,776	0,815
10	Cidade Ocidental	0,710	0,797	0,814
11	Cristalina	0,699	0,788	0,814
12	Planaltina	0,657	0,760	0,810
13	Padre Bernardo	0,648	0,728	0,801

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, IPEA/PNUD/FJP
Elaboração: Codeplan

Neste item o IDH que apresentou menor variação foi o do Município de Cristalina, em virtude de já possuir um nível de IDHM Longevidade considerado alto: de 0,699 (em 1991) para 0,814 (em 2010), ou 16,45%.

Com relação à renda, o ritmo de avanço foi bem mais modesto, tendo sido os municípios de Padre Bernardo e Alexânia os que apresentaram as maiores evoluções percentuais, com 29,6% e 25,5%, respectivamente (Quadro 6).

Deve-se enfatizar, ainda, quando se analisa o IDH Renda, a posição de maior destaque de Cristalina, terceiro maior na área metropolitana, consequência da riqueza do setor agropecuário no município, que apresentou em 2011 o maior PIB agropecuário entre os 5.565 municípios brasileiros, com forte presença na produção de grãos.

O Quadro 7 apresenta o detalhamento do IDH Renda no DF e na AMB e sua evolução nos períodos em análise.

Estudo técnico - IDHM

Quadro 6: Evolução do IDHM Renda na AMB: 1991, 2000 e 2010

Ranking em relação ao Brasil (2010)	Municípios da AMB	IDH Longevidade		
		1991	2000	2010
01	Distrito Federal	0,762	0,805	0,863
02	Valparaíso de Goiás	0,660	0,686	0,733
03	Formosa	0,631	0,653	0,726
04	Cristalina	0,586	0,646	0,716
05	Cidade Ocidental	0,650	0,670	0,706
06	Luziânia	0,614	0,639	0,689
07	Padre Bernardo	0,517	0,598	0,670
08	Novo Gama	0,589	0,619	0,664
09	Alexânia	0,529	0,600	0,664
10	Planaltina	0,554	0,602	0,653
11	Cocalzinho de Goiás	0,547	0,567	0,648
12	Águas Lindas de Goiás	0,600	0,583	0,647
13	Sto Antônio do Descoberto	0,559	0,576	0,647

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, IPEA/PNUD/FJP
Elaboração: Codeplan

Como era de se esperar, a maior diferença entre o IDH do DF e o nacional é no componente renda (16,8%), seguido do observado na Educação (16,4%) e na Longevidade (7,0%). Na média, o IDH do DF é 13,3% superior à média nacional.

Quanto aos IDHs dos municípios metropolitanos, a distância que os separa do verificado no DF parece ser menor do que a realidade sugere. Em quatro municípios metropolitanos, são observados IDHs altos (Valparaíso de Goiás, Formosa, Cidade Ocidental e Luziânia) e um quinto está no limite para alcançar esta condição (Cristalina). Nos demais, todos apresentam IDHs médios, portanto, nenhum município metropolitano possui IDHM baixo ou muito baixo, realidade de centenas de municípios brasileiros.

Quadro 7: Renda per capita, renda média dos 20% mais pobres, dos 20% mais ricos: 1991, 2000 e 2010

Municípios da AMB	Renda per capita			Renda per capita média dos 20% mais pobres			Renda per capita média dos 20% mais ricos		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Distrito Federal	916,00	1.199,44	1.715,11	105,70	117,65	190,59	3.020,74	4.053,66	5.751,61
Valparaíso de Goiás	486,29	573,09	764,73	95,07	93,87	155,77	1.351,98	1.636,33	2.130,53
Formosa	405,06	466,29	732,24	50,62	52,76	117,89	1.403,01	1.522,13	2.228,36
Cristalina	307,52	444,33	686,90	56,99	66,49	113,85	886,14	1.392,17	2.127,12
Cidade Ocidental	457,00	516,37	647,64	98,67	95,61	136,59	1.212,69	1.383,22	1.774,23
Luziânia	365,95	425,48	580,88	65,09	72,75	123,20	1.095,31	1.290,10	1.604,84
Padre Bernardo	199,75	331,05	518,12	40,34	41,67	82,47	568,10	1.060,78	1.559,47
Novo Gama	313,15	377,16	498,44	69,09	72,97	112,23	810,42	1.036,85	1.281,50
Alexânia	215,34	335,05	498,09	41,48	67,72	108,95	600,15	1.005,17	1.275,57
Planaltina	251,86	338,63	466,69	59,15	55,26	115,97	636,61	991,27	1.148,29
Cocalzinho de Goiás	240,65	272,38	450,47	35,95	44,15	91,10	753,53	753,28	1.160,39
Sto Antônio do Descoberto	259,44	287,76	449,39	58,74	57,37	103,02	638,72	765,62	1.123,12
Águas Lindas de Goiás	335,23	300,59	449,38	71,94	63,33	122,80	1.038,14	746,91	1.096,85

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, IPEA/PNUD/FJP
Elaboração: Codeplan

3. Considerações gerais

Os números apresentados pelo IPEA/PNUD/FJP revelam que, não obstante todos os problemas e percalços enfrentados, a qualidade de vida apresentou uma sensível melhoria no país ao longo das duas últimas décadas. Nosso IDH saiu de um patamar muito baixo (0,493) para alto (0,727), evoluindo 47,5% no período.

Observa-se que a evolução foi mais acentuada no IDH Educação (183,2%), passando de 0,279 para 0,637, ainda o mais baixo entre os três componentes. O IDH Longevidade apresentou ritmo de crescimento bem mais modesto (23,3%), embora seja o mais elevado (0,816), ao passo que o IDH Renda cresceu um pouco menos (14,2%), situando-se em patamar intermediário (0,727).

O IDH do Distrito Federal (0,824) é o mais elevado entre todas as 27 Unidades da Federação (e o 9º maior entre os 5.565 municípios) e o único classificado como muito alto. O ritmo de sua evolução (33,8%) foi menos acelerado que na média nacional, o que é natural, pois partiu de um patamar mais elevado.

Quando analisamos a situação e a evolução da renda em termos espaciais em nossa área metropolitana, contudo, o panorama não é tão róseo. Em 2010, a renda per capita do DF (R\$ 1.715,11) era 124,3% acima da verificada no município metropolitano de maior renda, Valparaíso (R\$ 764,73) e 281,7% superior ao do município de menor renda, Águas Lindas de Goiás (R\$ 449,38).

A desigualdade social é ainda mais acentuada. No DF, a diferença da renda per capita média dos 20% mais ricos (R\$ 5.751,61) e a dos 20% mais pobres (R\$ 190,59) é de 30,2 vezes, a mais acentuada em toda a AMB. Na sequência aparecem Formosa (18,9), Padre Bernardo (18,9) e Cristalina (18,7), todos os três municípios de ampla produção agropecuária e forte concentração fundiária.

A menor desigualdade de renda é observada em Águas Lindas de Goiás, onde a renda per capita média dos 20% mais ricos (R\$ 1.096,85) é 8,9 vezes superior à renda per capita média dos 20% mais pobres (R\$ 122,80). ■

Júlio Miragaya - Presidente da Codeplan
Newton Marques e Giuliana Corrêa - técnicos da Codeplan



CORECON ^{DF}
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

**Economistas, participem
do seu conselho profissional.
O Corecon-DF, autarquia
federal, atua na fiscalização
do exercício da sua profissão.
Visite-nos, critique
e dê sugestões.
As conquistas são de todos.**

Conselho Regional de Economia da 11ª Região-DF
SCS Qd. 04, Ed. Embaixador, Sala 202
CEP 70300-907 - Brasília -DF
Tels: (61) 3225-9242 / 3223-1429
3964-8366 / 3964-8368
Fax: (61) 3964-8364
E-mail: corecondf@corecondf.org.br
Site: www.corecondf.org.br



EMPRESÁRIO, FAÇA
SEU NEGÓCIO GIRAR.
FEIRA DO EMPREENDEDOR 2013



A Feira do Empreendedor 2013 está chegando em Brasília com muitas novidades. São oportunidades exclusivas e inéditas para você **innovar** o seu negócio e crescer com criatividade e **sustentabilidade**.

Não importa se você é um microempreendedor individual, se o seu negócio é micro, pequeno, formal ou informal: a Feira do Empreendedor vai te surpreender. Não perca!

